



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

RICARDO MARIAN TIHERRO

**JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO: FATORES QUE INFLUENCIAM SUA
PERMANÊNCIA OU EVASÃO DO MEIO RURAL**

CERRO LARGO

2019

RICARDO MARIAN TIHERRO

**JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO: FATORES QUE INFLUENCIAM SUA
PERMANÊNCIA OU EVASÃO DO MEIO RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção do grau
de Bacharel em Administração na Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dionéia Dalcin

CERRO LARGO

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Tiherro, Ricardo Marian

Jovens estudantes de graduação: : fatores que influenciam sua permanência ou evasão do meio rural / Ricardo Marian Tiherro. -- 2019.

97 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Dionéia Dalcin .
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Administração, Cerro Largo, RS , 2019.

1. Desenvolvimento Rural. 2. Evasão. 3. Processo de
Decisão . I. , Dionéia Dalcin, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

RICARDO MARIAN TIHERRO

**JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO: FATORES QUE INFLUENCIAM SUA
PERMANÊNCIA OU EVASÃO DO MEIO RURAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi defendido e aprovado pela banca em:
13/11/2019.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.^a. Dra. Dionéia Dalcin – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Edemar Rotta – UFFS



Me. Letiane Peccin Ristow

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda a força que me deu durante a realização deste trabalho, até mesmo nos momentos em que eu achava que não seria capaz de concluir o mesmo, devido a todas as dificuldades encontradas durante a trajetória.

Sou grato imensamente a minha querida mãe Eliane Marian, que infelizmente não está mais comigo, pois no dia 10 de maio de 2019 foi morar com Jesus no céu. Sei que até o seu último suspiro de vida, ela me impulsionou de todas as formas possíveis para que eu pudesse chegar até aqui. Agradeço por todos os recursos que investiu em mim, por todos os conselhos que me deu, pois todos estão guardados em meu coração. Agradeço pelo fato de que, mesmo estando doente, nunca deixou de me dizer o quanto o estudo era importante e necessário para se ter uma vida melhor, e do mesmo modo, ser uma pessoa melhor. Se eu cheguei até aqui, e se irei continuar minha caminhada, foi graças a você! Muito obrigado mãe, te amo muito!

Agradeço aos demais familiares que de alguma forma contribuíram para que eu pudesse continuar persistindo, principalmente a minha Vó Odete e meu Vô Reinaldo que sempre cuidaram de mim, assim como a minha Tia Elena por toda a força, apoio e amor depositados. Sou grato também pela vida de meu Pai Oli e minha Irmã Renata, por serem minhas bases juntamente com o restante da família, e por sempre estarem dispostos a me ajudar, assim como os demais.

Sou grato por todas as contribuições da minha orientadora a Professora Dionéia Dalcin, pela paciência e dedicação na construção da pesquisa, e por todo apoio que me deu nos momentos de dificuldades que enfrentei. Do mesmo modo, estendo meus agradecimentos a todos os professores do curso de Administração que contribuíram na minha construção como profissional, pesquisador, e principalmente como um ser humano melhor.

Agradeço a minha namorada Miriã por sempre estar ao meu lado, assim como, a todos os amigos verdadeiros que sempre me disseram que eu iria conseguir. Destaco em especial a Camila Soares que esteve ao meu lado quando mais precisei, assim como a Itiane, a qual não mediu esforços para que eu pudesse me sentir melhor, obrigado por vocês não me deixarem desistir e desanimar!

Meu muito obrigado a todos, que de alguma forma auxiliaram para que eu pudesse concluir esse estágio muito importante em minha trajetória.

RESUMO

Os jovens rurais passaram a serem objetos de muitos estudos, por suas peculiaridades, em especial pela continuidade das atividades do meio rural que depende deles. Esse estudo tem como objetivo analisar os fatores que interferem na permanência ou evasão do meio rural, dos jovens estudantes de graduação das universidades com cursos presenciais de Cerro Largo – RS. Em termos metodológicos, a pesquisa é considerada como quantitativa descritiva, fazendo uso de dados primários, os quais foram coletados através de um questionário fechado, no mês de setembro de 2019 com 90 participantes. Para a análise levou-se em consideração as frequências, a média e as medidas de dispersão, assim como a utilização de gráficos, tabelas e quadros para a melhor visualização das informações. Como fatores positivos para a permanência dos jovens no campo, evidenciou-se o diálogo entre alunos e a universidade, o acesso aos meios de comunicação, principalmente a *internet*, o incentivo por meio de políticas públicas e também os recursos tecnológicos capazes de auxiliar na execução das atividades de produção. Entre os pontos negativos destacou-se a presença de melhores oportunidades de emprego nas cidades, a falta de lazer e diversão no meio rural, e a ausência de autonomia para que o jovem possa tomar as próprias decisões. De modo geral, os fatores negativos possuem maior peso, já que, a maioria dos jovens pretende se desvincular do meio rural, principalmente quanto se trata do sexo feminino. Conclui-se que existe a necessidade de maiores fomentos em relação à permanência dos jovens no campo, por parte de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Assim como, a criação de novos programas e incentivos capazes de reverter essa situação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Evasão. Processo de Decisão.

ABSTRACT

Rural young people have come to be the object of much study, because of their peculiarities, especially the inheritance of rural activities that depend on them. This study aims to analyze the factors that interfere in the permanence or dropout in rural areas of young undergraduate students from campus universities in Cerro Largo - RS. In methodological terms, a survey is considered quantitative descriptive, using primary data, which were collected through a closed questionnaire, in September 2019 with 90 participants. For an analysis carried out into consideration such as frequencies, averages and dispersion measures, such as the use of graphs, tables and charts to obtain the best information. As positive factors for the permanence of young people in the countryside are the dialogue between the students of the university, the access to the media, especially the Internet, the incentive through public policies and also the technological resources used for the auxiliary execution of the activities production. Among the selected points, we highlight the presence of better job opportunities in the cities, the lack of leisure and fun in the countryside and the loss of autonomy for the young who can take precautions. In general, the factors that have greater weight, since most young people intend to deviate from the rural environment, especially regarding of young girls. It was concluded that there is a need for greater incentive regarding the permanence of young people in the countryside by public policies aimed at rural development. As well as the creation of new programs and incentives capable of reversing this situation.

Keywords: Rural Development. Evasion. Decision Process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais características dos jovens estudantes pesquisados.	47
Tabela 2 - Cursos de graduação dos jovens estudantes pesquisados.	48
Tabela 3 - Instituições de ensino, turnos de aula e fases dos jovens estudantes.	49
Tabela 4 - Idade dos jovens estudantes pesquisados.....	50
Tabela 5 - Hectares das propriedades dos jovens estudantes pesquisados.....	51
Tabela 6 - Análise cruzada dos hectares das propriedades com a afirmação “a propriedade comporta todos os filhos na atividade rural”.	66
Tabela 7 - Análise cruzada entre a residência dos pesquisados com a afirmação “a troca de experiências com jovens da cidade desestimula a permanência no meio rural”.	67
Tabela 8 - Análise cruzada entre a residência dos pesquisados com a afirmação “a escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano”.	68
Tabela 9 - Análise cruzada entre o sexo dos pesquisados com a afirmação “a desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação) contribui para a saída do meio rural”.	69
Tabela 10 - Análise cruzada entre a residência dos pesquisados com a afirmação “a noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer é mais favorável”.	70
Tabela 11 - Análise cruzada dos hectares das propriedades com a afirmação “ a presença de recursos tecnológicos para facilitar a execução de atividades no meio rural proporcionam incentivos positivos”.	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atividades desenvolvidas nas propriedades dos jovens estudantes pesquisados.	52
Gráfico 2 - Relações de vida dos jovens estudantes pesquisados.....	53
Gráfico 3 - Incentivo dos pais em relação aos estudos dos jovens estudantes pesquisados.	54
Gráfico 4 - Expectativa de futuro dos jovens estudantes após a formação acadêmica	73
Gráfico 5 - Expectativa de futuro conforme o gênero dos respondentes.....	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	15
1.1.1	Objetivo Geral	15
1.1.2	Objetivos Específicos	15
1.2	JUSTIFICATIVA	16
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	CONCEITOS DE JUVENTUDE.....	21
2.2	ESTUDOS SOBRE A JUVENTUDE DO MEIO RURAL	24
2.3	SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS JOVENS ESTUDANTES DO MEIO RURAL	26
2.4	FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DO MEIO RURAL.....	29
2.4.1	Divisão de gênero	30
2.4.2	Influência familiar	31
2.4.3	Cultura e lazer	31
2.4.4	Autonomia dos jovens	32
2.4.5	Renda	33
2.4.6	Interferência da tecnologia	34
2.4.7	Suporte de políticas públicas	35
2.4.8	Origem da agricultura	36
3	METODOLOGIA	35
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	38
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	39
3.3	COLETA DE DADOS	41
3.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	44
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO MEIO RURAL.....	47

4.2	FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO MEIO RURAL.....	55
4.3	COMPARAÇÃO ENTRE OS FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICE A – Questionário	90
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	93
	APÊNDICE C – Declaração de Ciência e Concordância.....	95

1 INTRODUÇÃO

Os seres humanos apresentam diversas faixas etárias que sofrem modificações e alterações com o decorrer do tempo. Dessa forma, Groppo (2000) justifica que as categorias sociais originárias da sociedade também sofreram mudanças, sendo que, giram em torno de termos como infância, adolescência, juventude, jovem-adulto, adulto, maturidade, idoso, velho e terceira idade. O autor acrescenta que existem três momentos básicos no curso da vida social dos seres humanos, o nascimento, o ingresso na sociedade e a fase de transição e maturidade. Desse modo, pode-se considerar a fase de transição como sendo um momento ligado ao jovem, o qual procura inserir-se e conquistar o seu espaço no ambiente social.

Os estudos em relação aos jovens aprofundam-se na medida em que são produzidas novas concepções, focos e descobertas acerca desse grupo. Segundo Wanderley (2007) são inúmeros os estudos e pesquisas relacionadas aos jovens, os quais análises pretendem responder questões que são fundamentais, tais como: quem são, como vivem, e o que eles pensam. Para Groppo (2002) a juventude é vista como um grupo social muito mais amplo que uma classe de idade, onde, ao ser definida dessa forma, é considerada uma situação social e uma representatividade sociocultural.

No contexto geral, a juventude continua desafiando teorias e estudiosos em suas análises. Muitos autores dedicam-se ao estudo dos jovens e todos destacam atributos positivos acerca deles, que enfatiza atributos associados à criatividade e inovação, sendo eles portadores de mudanças sociais. A mesma destaca que existem algumas características negativas em relação a este grupo, associadas às condições de vulnerabilidade socioeconômica e problemas decorrentes dessa idade (GOHN, 2018).

Assume-se que a juventude é relacionada a um período no ciclo de vida, justificado como um momento de transição entre a infância e a idade adulta, justo que, o contorno dessa fase de vida é imprecisa, a qual refere-se ao fim de seus estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa dos pais ou à formação de uma nova família (WANDERLEY, 2007). Conforme Levi e Schmitt (1996) em nenhum momento histórico os jovens podem ser definidos através de critérios excepcionalmente biológicos ou jurídicos, é necessário associar este segmento com

outros valores e símbolos. No contexto de juventude destacam-se dois grupos, com diferenças e características distintas, os jovens urbanos e jovens do meio rural, onde se espera encontrar visões diferentes em relação ao mundo atual e seu comportamento na sociedade.

Embora os jovens sejam descritos em realidades opostas, o meio rural e o urbano são dimensões que podem coexistir no mesmo espaço, sendo possível caracterizar aspectos rurais de um ambiente urbano, assim como, especificidades urbanas em ambientes rurais (ALVES et al., 2011). Os autores acrescentam que cidades pequenas apesar de possuírem determinadas características urbanas, apontam singularidades da forte presença de aspectos rurais provenientes da população local e dos valores culturais, sendo assim, percebe-se que cidades de pequeno porte apresentam muitos aspectos rurais, mesmo sendo consideradas áreas urbanas.

Segundo Bernardes (2017) o jovem urbano, ou seja, aquele proveniente das cidades possui mais oportunidades, tanto em termos de acesso fácil à tecnologia que o conecta ao mundo globalizado, quanto na facilidade de informação e conhecimentos provindos do mundo digital. De acordo com Gohn (2018) uma ferramenta utilizada pelos jovens urbanos é a internet. A força desse instrumento nos jovens urbanos vai além da sua mobilização, pois impacta no caráter da ação coletiva, este instrumento tem sido uma forma de atuar em movimentos, gerando impactos diferentes na sociedade, e principalmente em regiões urbanas, visto que, existem dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais.

Contudo, o jovem residente do âmbito rural é visto conforme as suas condições sociais, tendo como principal dificuldade a persistência da invisibilidade social, motivo que leva o mesmo a contribuir com as dinâmicas migratórias, a fim de que ele seja visto com um ser integrado ao mundo moderno, com capacidades iguais aos dos jovens urbanos (FARINACIO; MOURA, 2014). O contexto da agricultura familiar transforma o meio rural em um espaço heterogêneo, e é nessa área de identidades distintas que se situa o jovem rural, com suas buscas, desafios e esperanças. É através dessa diversidade que a definição de juventude se estabelece em sua forma plural, ou seja, “juventudes” (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011). Contudo, de acordo com Cover e Cerioli (2015) além da agricultura familiar, existe no contexto do meio rural brasileiro outra forma de agricultura que também exerce influência sobre os jovens, a chamada agricultura patronal ou agronegócio,

onde não se trata apenas da realização de negócios no campo, mas de um projeto apoiado pelo Estado que visa um cultivo variado de plantios na agricultura.

Procura-se, desse modo, caracterizar os jovens que possuem sua origem no meio rural. Suas vidas cotidianas são marcadas fortemente pelas suas relações familiares, com a comunidade e com o ambiente onde estão inseridos, na medida em que a família é considerada como uma comunidade afetiva de interesses, tendo como uma particularidade a unidade de produção dirigida pelo pai (WANDERLEY, 2007). A autora acrescenta que os jovens rurais carregam experiências que se entrelaçam desde a sua forma de vida cotidiana, até os projetos referentes à vida adulta, e que a busca por espaços propriamente destinados a jovens, a marcante identidade referente ao grupo geracional, ao mesmo tempo que, a valorização familiar e do seu ambiente social, são descrições que marcam a vida cotidiana dos jovens, em todos os contextos em que ele possui contato.

Outrora a migração dos jovens do meio rural era apenas para o ingresso às forças armadas, ou ao seminário religioso. Atualmente, outros fatores contribuem para que os mesmos se desprendam do seu convívio familiar no campo. O estudo de Oliveira et al. (2016), demonstra que existem vários elementos que influenciam a situação do jovem hoje no campo, principalmente relacionado, à incerteza da sucessão rural e a movimentação das atividades agrícolas, assim como as ações das políticas públicas não suficientes para dar garantia de permanência dos jovens no meio rural. Entretanto, os autores acrescentam que, em contrapartida, a universidade tem sido uma grande influenciadora para que os jovens assumam seu papel na vida no campo, fomentando as políticas de formação cidadã e fortalecendo a inclusão social.

O mundo consiste em um movimento de mudanças aceleradas, com a escolarização obrigatória e até mesmo aquela não obrigatória aos jovens rurais, demarcam uma nova fronteira entre o que é rural e o que é urbano, apontando então a procura dos jovens por novos horizontes (RENK, 2000). Conforme Renk e Dorigon (2014) é importante ressaltar que o mundo rural sempre esteve entrelaçado e relacionado ao mundo urbano, porém, é perceptível o aumento das relações entre os dois ambientes no contexto atual. Se antigamente, em gerações passadas, até a década de 1960, quase todos os filhos permaneciam na agricultura, neste momento, este é um quesito que vem se modificando (RENK; DORIGON, 2014). Um dos

fatores responsáveis pela quebra de barreiras entre o âmbito rural e o urbano, é a busca pela educação e a qualificação dos jovens.

Silva (1997) destaca que, na década de 1990, no meio rural, houve o início de um período marcado pela ação educacional, a qual tem por objetivo alterar o comportamento dos jovens em relação aos seus conhecimentos, hábitos, atitudes e suas habilidades. Desse modo, os jovens provenientes do campo, agora ligados ao conhecimento e a qualificação, enfrentam um grande impasse entre continuar na vida do campo, ou irem à busca de novos caminhos e novas oportunidades de conhecimento.

A saída dos jovens do meio rural passa por um dilema ligado aos gêneros, visto que, o segmento feminino é o que mais se destaca em relação à busca de estudo (RENK; CABRAL JÚNIOR, 2002). Pode-se dizer que a possibilidade de encontrar escolas noturnas, tanto no ensino médio, quanto no ensino superior, permitindo conciliar o trabalho e o estudo, primeiramente na propriedade rural e depois na área urbana contribui para a geração de dúvidas entre continuar ou não no meio rural (MAUSS, 2003).

Este é um tema conflitante, o qual procura evidenciar as condições das famílias provenientes do meio rural, também a maneira como os jovens visualizam o seu futuro no campo em relação aos estudos, à continuidade do trabalho dos pais e a busca por novos horizontes. Os principais fatores que formam a evasão juvenil são relacionados às condições laborais consideradas insalubres, exigindo esforços físicos e jornadas intensivas sem garantia de rendimento (RENK; DORIGON, 2014). Entretanto, os autores acrescentam que a esperança pela autonomia, as ideias de inovação e o comprometimento dos jovens com os deveres familiares, corroboram para que os mesmos sintam-se instigados a continuar no meio rural.

É nesta linha de raciocínio que se determinou o tema da pesquisa, cuja delimitação está relacionada aos jovens estudantes de graduação de universidades com cursos presenciais do município de Cerro Largo, tendo como intuito entender os fatores que os influenciam na permanência ou na saída do campo, tais como: gênero, família, lazer, autonomia, renda, interferência tecnológica, políticas públicas e origem da agricultura. Desse modo, propõe-se como problema de pesquisa a seguinte questão: “Que fatores interferem na permanência ou evasão do meio rural, dos jovens estudantes de graduação das universidades, com cursos presenciais, em

Cerro Largo – RS?”¹, através desse dilema, estudou-se as universidades com ensino presencial localizadas na cidade de Cerro Largo – RS, as quais são: Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos são importantes em uma pesquisa, pois eles colaboram para atingir as metas que o pesquisador pretende com a realização do trabalho. São vistos como uma forma de auxílio na tomada de decisões quanto aos aspectos metodológicos, na medida em que é imprescindível, em primeiro lugar, que o pesquisador tenha conhecimento do que irá buscar, para que então, resolva como irá proceder para atingir os resultados.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os fatores que interferem na permanência ou evasão do meio rural, dos jovens estudantes de graduação das universidades com cursos presenciais em Cerro Largo – RS.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Caracterizar o perfil dos jovens estudantes de graduação do meio rural das universidades com cursos presenciais em Cerro Largo.
2. Identificar os fatores de permanência dos jovens estudantes de graduação do meio rural das universidades com cursos presenciais em Cerro Largo.
3. Apresentar os fatores de evasão dos jovens estudantes de graduação do meio rural das universidades com cursos presenciais em Cerro Largo.
4. Relacionar os fatores de permanência e evasão com o perfil dos jovens estudantes de graduação do meio rural das universidades com cursos presenciais em Cerro Largo.

¹ Jovens estudantes que possuem vínculo com o meio rural, mas que estudam no município de Cerro Largo nas universidades de ensino superior que possuem aulas presenciais.

1.2 JUSTIFICATIVA

A tomada de decisão dos jovens em relação à saída ou não do meio rural, leva em consideração a sua qualificação profissional na graduação, o seu comprometimento familiar e os seus sonhos particulares para o futuro. A preocupação com o futuro e a sucessão rural é uma realidade que assombra todo o território brasileiro. Atualmente este é um fato vivenciado intensamente conforme o aumento da expectativa de vida e o êxodo dos jovens rurais para o meio urbano, acarretando no envelhecimento da população do campo (OLIVEIRA et al., 2016).

Conforme Oliveira et al. (2016), o desenvolvimento efetuado na família, assim como a esperança que a sociedade deposita nos jovens rurais, são temáticas abordadas em diversos estudos que demonstram as dificuldades de permanência do meio rural. É uma discussão antiga, visto que, a família tem encontrado no jovem rural a importante contribuição para a continuidade das práticas, enquanto recursos humanos, pois este não quer ser considerado apenas mão-de-obra. De acordo com Barbosa e Sousa (2013) o capital humano é considerado como um dos grandes contribuintes para o crescimento econômico, bem-estar dos indivíduos, redução das desigualdades sociais e melhoria na qualidade de vida, sendo perceptível, sobretudo, entre o meio urbano e o rural.

A pesquisa de Zago (2016) com base em estudos empíricos e em estatísticas educacionais demonstra que existem escassas informações a respeito dos jovens do meio rural que possuem o acesso ao ensino superior. Raramente encontra-se conteúdos relacionados aos seus projetos de vida, suas condições de escolarização e suas perspectivas profissionais. Em suma, esta causa está pautada na tendência dos pesquisadores em visar, sobretudo, à condição urbana. Dessa forma, faz-se necessário um estudo mais aprofundado em relação aos jovens do meio rural estudantes de graduação, justo que, é importante que se tenha uma visualização detalhada a respeito de suas perspectivas, tanto aquelas que contribuem para sua permanência, quanto as que cooperam para a sua evasão do campo.

Em concordância, Dotto (2011) argumenta que este tipo de pesquisa é de grande seriedade, na medida em que se baseia na preocupação com a sucessão das áreas rurais. Ressalta-se ainda que o número de agricultores presentes no meio rural apresenta decréscimo. A produção só aumenta devido à evolução tecnológica envolvida nestes processos. Contudo, o autor sobrepõe que é relevante

definir e entender como será a participação do jovem neste procedimento, ou seja, é necessário estudar os jovens do meio rural, como forma de compreender a forma que as pessoas irão compor o âmbito rural considerando a ausência dos jovens.

De acordo com Redin (2012) é possível compreender que o assunto relacionado ao jovem rural é contemporâneo e digno de discussões, pois é precursor de muitos elementos, envolvendo a agricultura familiar, a sucessão da terra, o desenvolvimento rural, a qualificação profissional, entre outros fatores. É na juventude rural que são depositadas as perspectivas do futuro do meio rural, tendo em vista que, na atualidade, a vida urbana edifica um *status* que proporciona aos jovens um mundo totalmente idealizado, fazendo com que os mesmos sejam instigados a buscarem o seu espaço neste contexto atual (REDIN, 2012). Micoanski e Moraes (2018) acrescentam que é relevante averiguar as condições que influenciam os jovens a continuarem vivendo no campo e desenvolvendo suas atividades, assim como, estudar as razões que levam os mesmos a migrar para as cidades em busca de uma rotina diferenciada.

Para que seja possível estudar a juventude do meio rural, é necessário que se tenha noção da existência de dois modelos de desenvolvimento no campo. Essa compreensão auxilia no entendimento das perspectivas futuras dos jovens. Desse modo, deve-se levar em consideração que este grupo social está incluso em uma estrutura social dividida entre agricultura familiar e agricultura patronal ou agronegócio (COVER; CERIOLI, 2015). Ainda na concepção dos autores, essas duas questões expostas são necessárias para que possa discutir-se a respeito do cenário rural em que se insere o jovem, e desse modo, problematizar a concepção de políticas agrícolas e agrárias que se destinam ao meio rural.

Um estudo realizado por Abramoway et al. (2011) demonstra que existe um forte anseio por continuar as atividades no âmbito rural, principalmente na execução das práticas da agricultura familiar por parte do sexo masculino, até mesmo aqueles que vivem em lugares com o rendimento econômico precário. Entretanto, há uma visão negativa por parte do sexo feminino, pois, não consideram esta alternativa profissional viável, sendo elas a principal parcela da juventude rural que almeja o estudo e a valorização em outras áreas de atuação.

Mediante as informações exibidas, pode-se dizer que a realização desse trabalho é importante para que se tenha uma visualização de como os jovens estudantes do município de Cerro Largo – RS imaginam o seu futuro em relação ao

meio rural, pois os mesmos estão se qualificando para posteriormente ingressarem no mercado de trabalho. A realização do estudo não possui a finalidade de seguir linhas pessimistas em relação ao futuro do meio rural, tendo como intuito, apresentar os elementos fundamentais que colaboram na tomada de decisão do jovem, seja para a sua permanência ou subterfúgio do meio rural.

Tratar desse assunto é proeminente para acompanhar as dificuldades enfrentadas em relação a permanência dos jovens no campo. Um estudo desenvolvido por Matte e Machado (2016), aponta que mesmo tendo interesse de permanecer no meio rural, alguns jovens procuram possibilidades de estudo e trabalho fora desta zona, desmistificando o discurso onde o filho segue o ofício do pai. Contudo, este cenário não significa que não haverá sucessores, mas que a demanda dos jovens deve ser observada com bastante atenção (MATTE; MACHADO, 2016).

Nos estudos sobre os jovens brasileiros, percebe-se uma carência de ampliação e qualificação de pesquisas que tragam na abordagem os sujeitos que vivem ou possuem laços com o meio rural, pode-se dizer que a produção acadêmica brasileira sobre as juventudes do campo é tratada de forma mínima, o que revela a invisibilidade dessa população (LEÃO; ROCHA, 2015). É nessa dialética de raciocínio que o trabalho incorpora-se, na medida em que busca ser uma ferramenta de contribuição para mudar possíveis problemas enfrentados em relação ao futuro do meio rural, através da visão dos jovens estudantes de graduação. Do mesmo modo, transporta-se como subsídio para que as universidades se posicionem como incentivadoras do crescimento educacional do jovem rural, causando um impacto social relevante e uma quebra de paradigma.

Desse modo, a realização do estudo faz-se proeminente no município de Cerro Largo – RS, pois, está localizada em uma região desfavorecida. Por outro lado, abriga duas universidades, assim como jovens de toda a região e até mesmo de outros Estados, os quais muitas das vezes são provenientes do meio rural. Segundo dados do IBGE (2018), em 2010 a população da cidade de Cerro Largo encontrava-se em 13.289 pessoas, contudo, a estimativa é que em 2018 esta população tenha crescido para 14.074 pessoas. Este aumento pode ser ocasionado pelo surgimento da Universidade Federal da Fronteira Sul na cidade, a qual vem sendo procurada pelos estudantes da região, principalmente aqueles originários do meio rural. Esses estudantes eram desfavorecidos em função da distância em

relação a outras universidades federais e atualmente tornam-se objetos de estudos, relacionados às suas decisões para o futuro após o término de suas graduações.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esse estudo apresenta-se em cinco capítulos distintos. O primeiro capítulo denominado como introdução, proporciona uma contextualização acerca do assunto abordado, buscando introduzir ao leitor os principais pontos que irão suceder o estudo. Neste mesmo capítulo constam as apresentações do tema e problema de estudo, assim como a seção de objetivos (geral e específicos), fundamentais para alcançar o resultado esperado no trabalho. Apresenta-se também a seção de justificativa, designada para expor a relevância do estudo para a sociedade, para o pesquisador e para outros estudos acadêmicos.

O segundo capítulo é destinado ao referencial teórico, já que, faz-se necessário trazer à pesquisa a visão de outros estudos já realizados e argumentos de autores sobre o assunto, os quais fundamentam e transmitem credibilidade ao que se pretende realizar na pesquisa. Esse capítulo é composto por quatro seções, que juntas darão a base teórica para todos os elementos abordados. Na primeira seção evidencia-se o conceito de juventude de forma geral, destacando as divisões entre jovem urbano e jovem rural. Na segunda seção aborda-se estudos sobre os jovens rurais, identificando suas características e peculiaridades, seguida pela seção responsável por apresentar visões e estudos sobre os jovens estudantes do meio rural, desde o ingresso na escola, até suas dificuldades no ensino superior. Por fim, a última seção encarrega-se de exibir os fatores que podem ser os responsáveis pela permanência ou evasão dos jovens do meio rural.

Quanto ao terceiro capítulo, apresenta-se nessa etapa do estudo a metodologia de pesquisa, ou seja, a forma como o estudo se procedeu para a busca de seus objetivos. Nessa etapa constam as explicações a respeito do tipo de pesquisa desenvolvida, de que maneira foram definidas a população e a amostra estudada, como procedeu a coleta dos dados e finalmente, a forma esses dados foram analisados. O quarto capítulo é designado para a apresentação e discussão dos resultados obtidos através do estudo. A primeira seção encarrega-se de fazer a caracterização da amostra estudada, a segunda seção é responsável por elencar os fatores pertinentes de saída ou permanência dos jovens estudantes do meio rural, e

a última seção é designada para comparar os fatores de permanência e evasão com as características dos entrevistados.

O quarto Capítulo é dedicado para a análise dos resultados. Ou seja, nesta etapa são discutidos e comparados os dados coletados na pesquisa, transformando os mesmos em informação. A primeira seção é responsável por caracterizar a identidade dos jovens da amostra, apresentando algumas informações iniciais dos respondentes, sejam elas relacionadas à residência, sexo, hectares, curso de graduação, entre outros. A segunda seção encarrega-se de discutir através de um quadro analítico, todos os fatores apresentados, elencando quais dos mesmos são positivos ou negativos para a permanência dos jovens no meio rural. Por fim, a última seção possui como intuito, comparar os principais resultados encontrados nos fatores estudados, com as principais características dos respondentes, através de uma análise cruzada.

O quinto e último capítulo é destinado às considerações finais, onde retoma todos os objetivos, apresentando os principais resultados encontrados e realizando uma exposição do que esses resultados podem representar. São exibidas neste capítulo as limitações que ocorreram na pesquisa, assim como, as sugestões para possíveis trabalhos na área.

Por fim, após as referências consta-se em Apêndice A o questionário utilizado para a coleta de dados do estudo, contendo todas as questões necessárias para que fosse possível atingir todos os objetivos da pesquisa. Já em Apêndice B expõe-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), utilizado para a aplicação da pesquisa com seres humanos, ou seja, com os jovens estudantes de graduação do município de Cerro Largo - RS. Em sequência, apresenta-se, em Apêndice C, a Declaração de Ciência e Concordância, servindo como instrumento de autorização das instituições para a realização da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse capítulo é estruturado através da discussão e apresentação de ideias e estudos desenvolvidos por outros autores acerca do tema, servindo como embasamento para o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo está dividido em quatro seções, de forma que a primeira seção apresenta conceitos a respeito da juventude, seguida pela segunda seção, a qual demonstra os aspectos relevantes à juventude do campo. A terceira seção é relacionada aos jovens estudantes do meio rural, servindo como subsídio para a última seção, responsável por proporcionar o entendimento dos elementos relevantes para a permanência ou evasão dos mesmos do meio rural.

2.1 CONCEITOS DE JUVENTUDE

A utilização do termo juventude requer inicialmente uma breve explicação para o seu uso. Para isso é necessário desconstruir as representações sociais que atuam no senso comum e buscam delimitar o termo de juventude como algo ligado ao recorte etário que assume determinados valores e práticas sociais comuns (LEÃO; ROCHA, 2015). Conforme Abramo (1997) tais rotulagens podem variar de acordo com o contexto social e o momento histórico enfrentado, visto que, oscilam entre perspectivas negativas e positivas sobre o comportamento juvenil. Contudo, Groppo (2000) expressa que as definições de juventude estão ligadas a dois critérios principais, os quais nunca são conciliados, o critério etário e o critério sociocultural. O autor complementa que o principal critério utilizado é o etário, delimitando a juventude apenas conforme a sua faixa de idade, presente como definição prévia da classe.

Pode-se recorrer às constatações de Weisheimer (2015), o qual considera a categoria de juventude como aquela que porta uma incerteza, visto que seria, ao mesmo tempo, um momento no ciclo de vida, experimentando as características socioculturais de uma determinada historicidade, justificando-se como um processo de interação social ou até mesmo uma experiência delimitada pela estrutura social. Através disso, deve-se relacionar a juventude como algo que é produzido em determinados contextos de interação social, ou seja, para idealizar a juventude como

um conjunto sociológico, é necessário pensá-la como parte de um ambiente de relacionamentos sociais (BOURDIEU, 1983).

A condição juvenil representa e demonstra a maneira como a sociedade compõe e incorpora significados às juventudes em certas estruturas históricas, sociais e culturais, implicando um modo de se portar do jovem formalizado por estruturas mais amplas (WEISHEIMER, 2015). O autor ainda idealiza que além de uma faixa etária, as condições juvenis são consideradas como posições na hierarquia social, ou seja, uma posição que os coloca subordinados aos adultos. Entretanto, considera-as esta colocação como algo que perde força com o passar dos anos, justo que, Bisquera et al. (2004) demonstram que a busca por autonomia e a superação da subordinação estabelecem a linha essencial do caminho que os jovens devem prosseguir.

Na medida em que se refere ao jovem individualmente, caracteriza-se o mesmo como um ser humano, um sujeito aberto ao mundo que possui muitos desejos, os quais são movidos por essas aspirações, vivendo em relação com outros seres humanos. Desse modo, é visualizado como um ser social que nasce e cresce em um âmbito familiar, ocupando uma posição em um ambiente, relacionando-se e interpretando o mundo, na medida em que constrói a sua própria história e a sua singularidade (CHARLOT, 2000). De forma sociológica e histórica, a juventude vem sendo compreendida e apresentada como uma etapa de vida, edificada culturalmente e socialmente, e dessa forma, modifica-se conforme o contexto histórico, cultural, econômico e social, não devendo ser compreendida mais com o termo juventude, e sim como “juventudes” (DURAND; ALVES, 2015).

É mencionado por Sposito (2003) o entendimento da juventude como pluralidade heterogênea, visto que, através da autora, é reforçada a compreensão elencando o conceito de que a ideia de jovem é elaborada culturalmente e socialmente. Sendo assim, se modifica conforme mencionado anteriormente, através do contexto histórico, cultural, social e econômico, reforçando ainda mais a ideia de que não se podem tratar os jovens como juventude, mas sim como juventudes.

Leão e Rocha (2015) argumentam que em termos mais amplos, pode-se considerar a juventude como um ciclo presente na vida, onde os indivíduos vivem intensivas e aceleradas transformações em aspectos cognitivos, emocionais e biológicos, causando grandes impactos no seu modo de se portar perante o mundo. Os autores continuam o raciocínio expressando que este é um período da vida em

que os indivíduos vivenciam processos para a edificação de maior autonomia em sua tomada de decisões, incorporando questões em relação à suas escolhas e projetos futuros. É uma fase de ampliação das relações pessoais e políticas para muito além de seus espaços restritos ao ambiente familiar e escolar.

Evidencia-se que para entender a juventude como categoria social, necessita-se considerar a sua pluralidade, visto que, as juventudes são marcadas por numerosos e diferentes contextos que se dimensionam territorialmente, através de gênero, classe, entre outros (NOVAES, 1998). Diante disso, Galindo (2015) explica que as juventudes provindas do campo também são formadas nestas diferentes realidades, propagadas na auto identificação dos jovens, sejam eles indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares, entre tantas outras expressões.

Nota-se, nesse estudo, dois tipos de jovens, os originários do meio urbano e aqueles provindos da zona rural, observando que aqueles que pertencem às cidades possuem maiores expectativas para o futuro, maior conhecimento e educação, e sentem-se mais seguros em relação às suas próprias decisões (PREDIGER, 2009). Contudo, conforme o autor, é notável que os jovens do meio rural sentem-se mais desvalorizados e inferiores em relação aos jovens urbanos, já que, morar no campo apresenta menos possibilidades de crescimento e desenvolvimento na sociedade moderna. É perceptível que, uma grande parcela dos jovens rurais pensa em largar o meio rural através do contato que possuem com os jovens que vivem nas cidades.

Desse modo, levantam-se algumas questões relacionadas às juventudes, tais como: “[...] aspectos “comuns” à fase da vida fazem parte da experiência de cada jovem da mesma maneira? Os jovens vivenciam os mesmos processos de socialização e da mesma forma?” (LEÃO; ROCHA, 2015, p. 19). De certo modo o contexto e as relações sociais proporcionam experiências diferentes para grupos sociais distintos, o que não se torna diferente quando se trata da experiência juvenil. Os autores justificam que a juventude do meio rural também se insere neste ambiente de complexidade, pois, de maneira diversa e invisível ela está inclusa nos processos de transformação do ambiente rural brasileiro, onde para compreendê-la é imprescindível também abordar o contexto do meio rural, visto que, este é onde os jovens estão inseridos.

2.2 ESTUDOS SOBRE A JUVENTUDE DO MEIO RURAL

Para que seja possível apresentar colocações acerca do jovem rural, necessita-se primeiro entender o que é o espaço rural. Segundo Wanderley (2013), o meio rural é entendido como um espaço físico diferenciado, ou seja, um lugar onde se vivencia particularidades do modo de vida e referências de identidade, um espaço onde se vivencia a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional. A autora complementa que o meio rural é um território onde concentra-se um conjunto de sujeitos sociais, os quais definem trajetórias através de projetos emancipatórios de transformação social, ambiental e de valores. Através disso, Silva (2017, p. 212) expressa que, “conceituar as juventudes rurais requer compreender as especificidades marcadas pelos contextos em que se inserem nas comunidades, nas famílias e nos processos sociais em curso”.

Abordar sobre a juventude rural exige a compreensão do seu território para muito além de um ambiente de produção agrícola que contrapõe a produção industrial, ou transmitida por uma cultura campestre *versus* uma cultura atualizada, ou de um lugar sem trabalho para um território onde se pode viver com dignidade (LEÃO; ROCHA, 2015). Os autores complementam que o meio rural intitulado como lugar para viver, não é configurado como estando em extinção, e sim como um espaço no qual forma-se a juventude do campo, provenientes de muitas possibilidades, de relações entre seres humanos, natureza, de novas junturas e probabilidades de produção e reprodução da vida.

Tratando-se de definições desse grupo social, Carneiro e Castro (2007) compreendem e apresentam a juventude rural em sua dinâmica social, justificando que, por um lado à dinâmica territorial interligada a família, a comunidade local e o mundo urbanizado, e por outra visão, existe a dinâmica temporal catalogada ao passado dos conhecimentos familiares, que causam inspirações práticas e estratégicas no presente e no encaminhamento do futuro. Desse modo, Stropasolas (2006) argumenta que embora os jovens procurem mudar de vida, em busca de melhores condições nas cidades, mantêm-se uma intensa identidade cultural expressada pela forte presença dos mesmos nos finais de semana em suas comunidades rurais originárias.

Puntel, Paiva e Ramos (2011) justificam que o abismo que separava o campo e a cidade hoje já não passa apenas de uma linha tênue, na qual a diferença

existente não pode ser compreendida apenas como um rural primitivo ou urbano civilizado, mas também não significa que o novo cenário rural representa uma melhoria de vida para todos os moradores desse ambiente. Os autores continuam o raciocínio expressando que os jovens ainda estão presos as suas origens, na medida em que visualizam a sua imagem presente na cultura urbana, visto que, estão inclusos em uma cruzada entre o que os prende à família e ao passado, com o início da vida profissional e autonomia econômica.

Conforme as definições mais comuns, a juventude rural é a denominação habitual conferida aos jovens que vivem no âmbito rural. Aponta-se essa categoria como um tema recente nos estudos juvenis, o qual ainda aparenta conter desafios para a construção de uma descrição teórica e empírica considerada mais robusta (PAULO, 2012). De acordo com Cover e Cerioli (2015) a literatura que possui especialização a respeito do tema, considera alguns fatores para que seja possível a categorização da juventude rural, analisando um desses fatores em relação à faixa etária que varia de acordo com o interesse de quem a define. Entretanto, outros fatores também estão presentes, como por exemplo, os ritos de passagem relacionados à autonomia referente ao contexto familiar.

Grigou (1968) quando se refere ao contexto rural, apresenta a conjuntura de jovem, justificando que esta etapa refere-se a uma fase transacional, propondo desse modo, também a tipificação do jovem rural, argumentando que estes seriam aqueles jovens que vivem e trabalham no campo abrangendo juntamente aqueles que trabalham ou estudam na cidade, mas são residentes do meio rural. O autor argumenta que o critério baseado no contorno etário é insuficiente para definir e caracterizar o jovem rural, fazendo-se necessário refletir a respeito da noção de pertencimento, ou seja, analisar o relacionamento desses jovens com a sociedade mais amplificada, para que então seja possível entender essa formação. Dessa maneira, Carneiro (2005) reforça a existência de pouco conteúdo estudado em relação ao universo social e cultural da juventude rural, pois, para o mesmo, o jovem é visualizado na maioria dos estudos a partir do ambiente do trabalho familiar.

Mediante as considerações de Bremm et al. (2017) a categoria da juventude rural é resultante de um artifício expansionista dos relacionamentos capitalistas do meio rural, caracterizado especialmente pela intervenção estatal visando a indução de processos de modernização da agricultura a partir da década de 1960, tomando o jovem rural como o principal alvo privilegiado em diversos momentos. Através disso,

os autores complementam que o jovem rural foi designado para originar uma etapa de mudanças na estrutura do setor agropecuário, tanto para modernizar o processo produtivo, quanto para migrar para outros locais e atividades produtivas.

Mesmo com a construção da legitimidade social, a definição do termo rural é fragilizada no contexto brasileiro, uma vez que se baseia em critérios normativos ou em oposição ao contexto urbano. Somam-se a esse contexto as próprias modificações que ocorrem no meio rural brasileiro, tais como, relacionadas à evolução do emprego não agrícola (WEISHEIMER, 2015). Nem todos os jovens rurais ocupam-se de atividades ligadas ao ramo agrícola. É importante elencar a singularidade daqueles que estão inclusos no processo de trabalho familiar, pois devido a essa socialização no processo do trabalho familiar agrícola, os jovens agricultores constituem uma categoria social específica.

Desse modo, os jovens do campo são direcionados a um futuro sem qualificação, visto que o campo não demonstra ser um incentivador em relação aos estudos e a qualificação, dessa forma, os mesmos procuram refúgio nas cidades para que seja possível conquistar uma graduação. Taffarel et al. (2015) demonstram que a falta de políticas sociais no campo pode ser demonstrada pela carência da universalização da educação em todos os seus níveis para os jovens do campo.

2.3 SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS JOVENS ESTUDANTES DO MEIO RURAL

Necessita-se romper o mito de que a juventude é vista de maneira homogênea compreendendo que a mesma aparece de maneira dividida socialmente, em função de suas perspectivas e aspirações. Envolvendo também a ideia de que o jovem do meio rural é um sujeito social capaz de idealizar a sua própria realidade com o direito ou não de continuar no campo. Discussões apresentadas por Durand e Alves (2015) revelam que a educação formal não possui o poder de sozinha isolar o jovem no âmbito rural, nem tampouco é o único fator responsável pela evasão dos mesmos desse ambiente. Necessita-se compreender as condições sociais da juventude do campo.

É necessário compreender como se constitui a formação educacional dos jovens do campo, pois entender a relação dos jovens em seu período escolar contribui para alguns fatores relevantes para o estudo. Em relação aos jovens que estudam, pode-se perceber através da literatura que o sexo feminino possui um

maior incentivo, entende-se isso pelo fato das moças participarem menos ativamente do trabalho no campo possuindo mais tempo para o estudo (DOTTO, 2011). Conforme Weisheimer (2007) o incentivo dos pais para a escolarização das filhas tem por objetivos direcioná-las para outro ramo de atividade, o que privilegiaria os filhos homens como sucessores das atividades rurais.

O aumento da escolarização dos jovens rurais, principalmente do sexo feminino, auxilia para a chegada dos mesmos até o ensino superior, Cerqueira et al. (2013) relatam que apesar de tudo, a educação no meio rural ainda possui dificuldades, pelo fato de não haver uma definição concreta sobre o que é rural, ficando desse modo, difícil definir a educação nesse âmbito. A dificuldade da educação no meio rural também ocorre pelo fato histórico do campo ser considerado sinônimo de atrasado em relação ao urbano, e as políticas educacionais serem voltadas para as escolas urbanas, desconsiderando muitas das vezes as necessidades das escolas rurais.

Como complemento, expõe-se uma reflexão necessária para abarcar o protagonismo da juventude rural, pois este grupo necessita ser fortalecido através da educação, já que, a qualidade do ensino oferecido contribui para a expulsão dos jovens do campo de forma sistemática, visto que, precisa-se de uma educação coerente e adequada para os jovens do campo (OLIVEIRA, et al., 2016). O educando das áreas rurais deverá ser instigado de maneira mais intensiva, para que possa obter habilidades e destrezas organizativas, administrativas e agropecuárias, a fim de que seja possível a sua contribuição na propriedade de maneira significativa.

Uma das esferas que integra o jovem à complexidade da realidade social é a escola. É neste momento que, segundo Castro (2005), o jovem começa a encontrar o seu espaço de sociabilidade, observando que muitas vezes na visão do jovem, a escola é o primeiro passo para sair de casa, seja para ampliar sua formação, ou apenas para livrar-se dos compromissos da sucessão do meio rural. Pode-se dizer que a escola fomenta duas vertentes de análise, a formação e a cultura.

Primeiramente, relacionado à formação, com um maior conhecimento, e dependendo dos aspectos metodológicos da escola, o jovem pode direcionar este conhecimento para o meio rural, a fim de aperfeiçoar técnicas de produção, comercialização e ampliação do desempenho das atividades rurais (CAMARANO; ABRAMOWAY, 1999). Contudo, o jovem também pode ampliar sua visão para as

oportunidades fora do meio rural, no intuito de fugir das tarefas desse ambiente territorial.

Tratando-se dos aspectos ligados à cultura, este item diz respeito aos elementos, modelos e símbolos reportados na forma de ensino para os jovens rurais, seja pelo material didático adotado, pela formação e origem dos professores ou pela configuração do ambiente escolar (DOTTO, 2011). Se em algum desses elementos internos existirem projeções da vida urbana, o jovem pode ter uma nova concepção de mundo. Ressalta-se que, quando não adequada, a educação pode modificar o modo de vida dos jovens do meio rural.

O jovem rural vive um grande problema que é a falta de concepção crítica da realidade em que vivencia, fazendo-se necessário o incentivo às práticas educacionais, que possam dessa forma, promover o interesse e a participação dos mesmos no desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das pessoas do meio rural (VIEIRA, 2009). A educação provinda do meio rural não pode ser vista apenas como um direito de possuir escolaridade, mas sim como uma proposta de educação pensada para ser realizada tomando com base as experiências das pessoas envolvidas neste contexto.

É com o intuito de intensificar o que é aprendido no âmbito rural, que muitos dos jovens vão em busca de qualificação educacional no ensino superior. Neste sentido, as políticas educacionais buscam no decorrer dos últimos anos efetivar um processo de equilíbrio em relação às disparidades de acesso ao ensino superior, primando pelo acesso e ingresso de uma parcela que antes era desfavorecida por conta de sua localidade (REDIN, 2017). Aliados a este fator, evidencia-se a expansão do ensino superior em regiões antes desfavorecidas. Desse modo, Redin (2017) aborda que a reflexão a respeito do ensino superior da juventude rural e das políticas educacionais é realçada pela vivência no cotidiano rural, o qual iniciou um processo de estímulo para que os jovens rurais pudessem conquistar o acesso a cursos superiores em um lugar considerado como pólo estudantil.

Observa-se que tanto o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) quanto o Programa Universidade para Todos (Prouni) possibilitaram aos jovens investir no ensino superior de maneira mais fácil, sem precisar deslocar-se para longe de suas propriedades, entretanto, isto não é uniforme para todos os cenários e regiões, em algumas regiões, o jovem do campo é impedido de cursar o ensino superior devido à dificuldade de acesso às universidades (REDIN; SILVEIRA, 2012). Neste sentido,

para os jovens de baixa renda, tanto urbanos quanto os rurais, o acesso fácil às universidades é uma oportunidade de ir em busca de qualificação, seja com o intuito de utilizar na propriedade ou trabalhar como agente de desenvolvimento na própria região (REDIN, 2017).

Destaca-se também como um fator relevante para o crescimento do ensino superior dos jovens do meio rural a expansão dos Institutos Federais e das Universidades Federais. Santos (2015) destaca que os investimentos na Rede Federal evoluíram de dois bilhões em 2013 para nove bilhões em alguns anos mais tarde. Tal ampliação se dá através da ideia de diminuição das desigualdades regionais, assim como as oportunidades de acesso ao estudo e às experiências do mundo modernizado.

2.4 FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DO MEIO RURAL

Segundo Abramoway et al. (1998) o processo de sucessão do meio rural é reconhecido como a transferência de patrimônio e de poder entre as gerações existentes que se sucedem no domínio rural, retirando as gerações mais antigas e estruturando uma nova linha de executores das atividades. Entretanto, os jovens vivem um paradoxo em relação às suas escolhas, visto que, encontram-se divididos entre o desejo de estarem inseridos nas atividades do meio rural, buscando dar sequência nas ações de seus antepassados e a necessidade de buscar alternativas melhores no meio urbano, já que, o meio rural, vive uma realidade de falta de oportunidades e de autonomia (STROPASOLAS, 2014).

De acordo com a argumentação de Castro (2005), mesmo que as limitações relacionadas ao acesso à educação, trabalho e questões fundiárias estejam auxiliando na construção de projetos elaborados pelos jovens para a sua saída do campo, muitos ainda constroem seus ideais com o intuito de retornarem para o meio rural futuramente. O autor acrescenta que, embora existam facilidades na vida urbana para a juventude, existe também, uma relação tensa e ambígua em relação aos jovens do campo, já que vivem a pressão pela escolha de ficar ou sair desse ambiente.

Desse modo, existem muitos fatores que podem auxiliar a decisão dos jovens, tanto para a sua fixação no meio rural quanto para a sua desvinculação desse

âmbito. Nesta seção estão os fatores que mais são analisados e encontrados na literatura relacionada ao assunto, sendo o gênero um desses fatores relevantes, uma vez que, as mulheres não são observadas como as maiores sucessoras das propriedades rurais. Vale ressaltar, mediante as colocações de Carneiro (2007), que permanecer ou voltar para o meio rural não significa uma derrota ou um fracasso por parte do jovem, mas sim o resultado de uma escolha que se motivou pela vontade de manter a ligação com a família, amigos e parentes, compartilhando valores, mas não deixando de ter acesso a determinados bens materiais que antes eram apenas disponíveis nas cidades. Mas, no caso das mulheres, a decisão de voltar para o campo é menor em relação à parcela masculina, dado que, existem muitos fatores que contribuem para que as moças não queiram viver neste meio.

2.4.1 Divisão de gênero

Alguns autores consideram o tratamento das jovens diferenciado. Segundo Zóti (2011) surgem alguns problemas em relação ao gênero, visto que as jovens mulheres não possuem incentivos financeiros por parte dos pais para continuarem no meio rural, onde as mesmas necessitam pedir dinheiro aos pais ou irmãos para coisas simples do dia a dia, como ir a festas ou até mesmo compras pessoais, este é um fator que pode auxiliar na migração do sexo feminino com maior facilidade em relação ao sexo masculino. Dessa forma, Magri (2008) corrobora com as colocações argumentando que no caso as moças a evasão é mais fácil devido a maior oportunidade de trabalho em casas de famílias ou assalariadas em empresas, bem como o interesse maior pelos estudos e formação profissional.

Percebe-se, através da visão de Brumer (2014) que algumas pesquisas realizadas a respeito da transmissão das propriedades no Brasil, evidenciam que, embora o direito civil garanta os direitos iguais aos filhos de ambos os sexos, percebe-se o prevailecimento do costume em favorecer os filhos homens, os quais sentem-se mais adeptos em continuar as atividades no meio rural. Em relação ao sexo feminino, as mesmas valorizam mais a educação se comparado ao sexo masculino, principalmente para prepararem-se para conquistar um emprego, uma profissão no meio urbano. Para as mesmas, dar continuidade aos estudos conquistando o ensino superior significa ser reconhecida como profissional socialmente (STROPASOLAS, 2014). Desse modo, pode-se dizer que a família

visualiza os filhos de maneira diferente quando se trata de divisão de gêneros, visto que as mulheres são as mais incentivadas aos estudos e a busca por novas oportunidades. Considera-se, assim, a família sendo também um fator, tanto para a permanência quanto para a evasão dos jovens do âmbito rural.

2.4.2 Influência familiar

Considera-se a família como uma grande influenciadora dos jovens. No caso do jovem do meio rural, a família pode ser vista como um elemento de impulsão para a continuidade das atividades, ou um fator contribuinte para a evasão dos mesmos. Um estudo realizado por Durand e Alves (2015) demonstram que as relações dos jovens com a família, muitas vezes, são conflituosas, uma vez que os padrões familiares são considerados bastante rígidos para os jovens que procuram a liberdade como um elemento essencial para a sua construção de identidade e autonomia, onde estes conflitos vão desde a forma de vestir até a forma de o jovem imprimir sua presença perante o círculo familiar.

Contudo, muitos jovens procuram na família o apoio para a realização de suas atividades e sonhos. É nesta lógica que Durand e Alves (2015) demonstram que os jovens atribuem uma característica relevante em relação à família. Através de sua pesquisa evidencia-se a força do laço familiar dando ênfase à figura materna, mesmo naquelas famílias separadas geograficamente. Os autores complementam que, ainda com a reclamação em relação à falta de diálogo entre a família, o jovem vê neste círculo, através da proximidade e da convivência, o apoio em momentos de dificuldade quando os mesmos necessitam de um incentivo para encarar os problemas encontrados ao longo da jornada. Porém, quando se trata de apoio para a diversão, a família não é vista como incentivadora, demonstrando-se rígida em relação aos aspectos ligados ao lazer.

2.4.3 Cultura e lazer

Conforme Chauveau (2014) existem muitos fatores que parecem essenciais para a vida contemporânea, entre eles está o acesso à cultura e ao lazer. Mesmo havendo outras necessidades básicas, esses pontos possuem um grande valor agregado para as zonas rurais, visto que, pretende-se neste ambiente oferecer uma

qualidade de vida melhor que os grandes centros urbanos, que não respondem mais às expectativas de nossos jovens. A autora acrescenta que muitos consideram a existência de um desequilíbrio entre a oferta cultural farta do meio urbano e o deserto cultura do meio rural. Entretanto, a mesma defende que os espaços rurais não são desertos culturais, pois há coisas para se ver, fazer e lugares onde se possa sair.

Conforme os resultados obtidos no estudo de Zago e Bordignon (2012), os jovens visualizam o lazer como uma questão muito importante, já que na cidade os mesmos conseguem ter acesso a oportunidades de lazer sem a preocupação com os deveres impostos pelos pais na propriedade. Acrescenta-se, através da pesquisa dos autores, que o jovem não suporta a prisão causada pelos afazeres do meio rural, expressando sua grande vontade de sair para festas em busca de diversão e outras coisas do tipo, e desse modo, procura a cidade para ficar livre e sem nenhum compromisso após as suas 8 horas de trabalho. Destaca-se como uma grande fonte de lazer dos jovens rurais, o uso de novas tecnologias, tais como: internet, *Facebook*, *WhatsApp*, entre outros (COVER; CERIOLI, 2015). Os autores justificam que o lazer proporcionado pela tecnologia satisfaz aos jovens, independente de os adultos (família) aprovarem ou acharem o uso desses mecanismos um grande exagero.

2.4.4 Autonomia dos jovens

O sentido da autonomia corresponde às condições de uma pessoa ou de uma certa coletividade em determinar para ela mesma a lei a qual se submete (LALANDE, 1999). Neste sentido, utiliza-se o termo autonomia para descrever situações na qual o sujeito é capaz de ditar suas próprias regras e orientar-se no que é adequado para ele, envolvendo, desse modo, dois aspectos muito importantes: o poder de determinar a própria lei e o poder ou a capacidade de realizar (ZATTI, 2007).

Expressa-se, através das colocações de Brumer (2014), que, tratando de autonomia, a transferência das responsabilidades de gestão das propriedades do meio rural, assim como do poder de utilização do patrimônio para execução de atividades autônomas, depende das condições econômicas da família, levando em consideração o tamanho da propriedade, a sua rentabilidade, a concentração e

diversificação das atividades, assim como o número de filhos herdeiros para a execução das atividades. A autora acrescenta que o nível educacional e a qualificação profissional também são fatores que podem influenciar no nível de autonomia que o jovem recebe dentro da propriedade, visto que, estes fatores fomentam a preparação para a gestão produtiva dos estabelecimentos.

Observa-se através das exposições de Brumer et al. (2002) que os jovens que pretendem permanecer na atividade ligada ao meio rural expressam que suas demandas estão ligadas principalmente a autonomia e renda, pois, a autonomia significa que o jovem pode ser o gestor do estabelecimento, tomando as decisões necessárias sobre as atividades desenvolvidas, e, do mesmo modo, apropriando-se da renda obtida. Dessa forma, os autores acrescentam que, através da autonomia, os jovens também desejam utilizar os recursos obtidos como quiserem, sem a necessidade de pedir permissão aos pais para executar tal atividade.

2.4.5 Renda

Constata-se que um dos grandes desafios encontrados pelos jovens relaciona-se à incerteza entre “sair ou ficar” no campo. Esse fator está atrelado à escassez da terra e a baixa renda, conseqüentemente ao pouco investimento na produção (CASTRO, 2005). A perspectiva de permanência dos jovens no meio rural depende de muitos fatores, entre eles, a viabilidade econômica através da geração de renda considerada adequada pelos futuros gestores, quando comparado com outras alternativas que lhes são ofertadas (SPANEVERELLO, 2008).

Além disso, Zago e Bordignon (2012) afirmam que o desejo dos jovens em tornarem-se proprietários das terras declina na medida em que a categoria da renda cai, trazendo a reflexão que as aspirações por viver na cidade evoluem conforme o horizonte de geração de renda no estabelecimento dos pais se torna menos promissor. Os autores argumentam que mesmo havendo o desejo de permanecerem na terra, onde apresentam maior nível de capacidade, os jovens partem para novos desafios em centros urbanos, com o objetivo de ampliar suas oportunidades, e conquistarem renda mais elevada.

2.4.6 Interferência da tecnologia

A partir dos anos de 1990, com as consequências relacionadas pelo processo de modernização tecnológica das atividades rurais, excluiu-se uma parte considerável de agricultores familiares, mantendo fortemente ativos, os agricultores ligados às atividades patronais (RENK; DORIGON, 2014). A concentração da suinocultura e avicultura nas unidades produtivas que possuem maior capital e com maior capacidade de investimento, reflete na retirada de milhares famílias ligadas a agricultura familiar, contudo, parte permanece no meio rural trabalhando em regime de economia familiar.

O conjunto de medidas que resultaram na adoção de novas tecnologias voltados para a ampliação da produtividade no meio rural ficou conhecido como Revolução Verde que se iniciou desde a década de 1950 (WEISHEIMER, 2009). Ainda conforme o autor, estas medidas constituíram-se sobre um novo padrão de tecnologia para a agricultura patronal, rompendo com os processos produtivos do passado e impondo aos agricultores uma nova realidade econômica. Navarro (2001) explica que o novo padrão de tecnologias encaminhou a mercantilização da vida social, diminuindo a autonomia setorial, que outrora, era vivenciada pela agricultura.

No período marcado pelo procedimento de modernização da agricultura, embora voltado para as grandes propriedades produtoras focadas na exportação de *commodities*, o avanço tecnológico também refletiu nos agricultores familiares que passaram a utilizar novas tecnologias, essencialmente voltadas à correção do solo e introdução de maquinários (WEISHEIMER, 2009). Com a aderência à tecnologia, mesmo nas pequenas propriedades, parte do trabalho que era realizado manualmente passou a ser feito com equipamentos mecânicos, liberando parcelas significativas da mão-de-obra ocupada na agricultura, onde em parte desta parcela inclui-se os jovens, isso pode ser essencial na decisão de permanência no campo. Visto que, junto com a disponibilidade de novas tecnologias, vem o auxílio das políticas públicas, voltadas ao agronegócio, o qual tende a produzir maior capital. Contudo, também foram desenvolvidas de maneira expressiva, políticas públicas voltadas a auxiliar a agricultura familiar.

2.4.7 Suporte de políticas públicas

Conforme Renk e Dorigon (2014), no contexto de evolução tecnológica e exclusão de parte dos agricultores familiares, são criadas neste cenário, diversas políticas públicas que se voltam para o fortalecimento e permanência dos agricultores na propriedade, pois o foco para a saída desta crise está depositado na diversificação das atividades, ou seja, na pluriatividade. Os autores acrescentam que esta pluriatividade é relacionada ao trabalho na unidade familiar de produção, de forma assalariada, e ainda a instalação de agroindústrias familiares voltadas para o mercado consumidor, seja ele local ou regional.

Percebe-se que as políticas públicas voltadas ao meio rural são efetuadas através de intervenções do Estado, a fim de promover o bem-estar e o crescimento econômico (LIMA, 2014). Nesta mesma lógica existem políticas públicas voltadas especialmente aos jovens do meio rural. O Governo Brasileiro (2012) define políticas públicas voltadas à juventude rural, tendo como exemplo o programa “Nossa Primeira Terra”, o qual busca financiar a compra de terras por jovens rurais e o investimento em suas propriedades, dando-lhes a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento rural. Outro exemplo é o “Pronaf Jovem” voltado aos jovens que desejam ter sua própria produção e gerar renda, desenvolvendo atividades como: projetos agropecuários, de turismo rural, artesanato, implantação de pomar e horta, entre outros.

Além disso, outras instituições se voltam a desenvolver programas de auxílio ao jovem rural. Destaca-se a EMATER, a qual contribui para a inclusão social e produtiva dos jovens. Segundo o *site* da EMATER (2018) destacam-se alguns programas direcionados aos jovens do campo, sendo eles: o Programa Bolsa Jovem, o qual tem por intuito democratizar o acesso dos jovens rurais ao ensino médio, contribuir para a reprodução social da agricultura familiar, através da oferta de oportunidade de uma profissão, entre outros. Destaca-se também o projeto “Jovens Missões pela Vida”, direcionado à região das Missões-RS, tendo como alguns apoiadores a Associação dos Municípios das Missões (AMM), a Universidade Federal da Fronteira Sul, o Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Santa Rosa, entre outros. Possui também como principal objetivo intensificar as ações sobre juventude e sucessão na agricultura familiar na região. Além desses programas, existem muitos outros que podem ser considerados como incentivo para o jovem

rural permanecer em sua propriedade, e desta forma promover o desenvolvimento e a valorização do meio rural.

2.4.8 Origem da agricultura

Leva-se em consideração a existência de duas origens da agricultura no meio rural, as quais podem conceder diferentes visões aos jovens que estão inseridos neste ambiente, e desse modo, mudar a forma de percepção de futuro dos mesmos. Considera-se dessa forma, a agricultura familiar e a agricultura patronal ou agronegócio. Percebe-se tendenciosamente que, os jovens provindos da agricultura familiar possuem maior chance de evasão do meio rural, se comparado com os jovens originários da agricultura patronal, sendo assim, Bianchini (2005) explica que esse fator acontece devido às políticas públicas favorecerem um modelo de agricultura não sustentável, do ponto de vista cultural, ambiental, social e econômico, ou seja, beneficiando a agricultura patronal em detrimento a familiar. O autor continua seu posicionamento justificando que, a saída para o desenvolvimento sustentável derivaria de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, as quais sejam adaptáveis ao novo paradigma que emerge na atualidade.

Permanecem em evidência diferentes análises a respeito dos dois projetos de agricultura que envolve o meio rural brasileiro, onde existem estudos referentes ao tema, expondo que a dicotomia entre o agronegócio e a agricultura familiar é uma falsa questão (VALENTE, 2008). Contudo, outro estudo afirma que os dois modelos de desenvolvimento são antagônicos, tendendo para a agricultura patronal ou empresarial avançar sobre as áreas da agricultura familiar, explorando-a, subjugando-a, e até mesmo eliminando esta forma de agricultura (CAMPOS, 2011).

De acordo com Cover e Cerioli (2015) existe uma tendência maior em relação à participação dos jovens filhos de agricultores familiares nas atividades rurais, devido ao fato de possuírem propriedades de até 100 hectares, justo que, nos imóveis acima desta marca existe uma incidência elevada de uma família ser dona de mais de um estabelecimento, o que reduz o número de proprietários. Os autores complementam que diferente dos filhos dos agricultores familiares, “[...] os filhos dos grandes proprietários rurais raramente realizam trabalhos agrícolas, ocupando sua juventude fazendo curso universitário e posteriormente dirigindo os empreendimentos agrícolas da família” (COVER; CERIOLI, p. 55).

Para fins analíticos, na região Noroeste do Rio Grande do Sul, onde se localiza o município de Cerro Largo, existem outras dimensões em termos de extensão territorial, sendo consideradas então: a) pequenas propriedades com áreas inferiores a 50 hectares; b) médias propriedades, que abrangem entre 50 e 100 hectares; c) grandes propriedades, com área superior a 100 hectares (MANTELLI, 2006). O autor acrescenta que, conforme o Censo Agropecuário do IBGE, estabelecimentos com menos de 10 hectares são significativos na região Noroeste do Rio Grande do Sul, sendo 41% das propriedades. Já a presença de grandes propriedades com mais de 100 hectares, apresentam-se de forma inexpressiva considerando o número de estabelecimentos, representando 1,6% em relação à quantidade de propriedades do meio rural.

Mediante os pontos apresentados, percebe-se que o jovem é caracterizado como um ser que carrega muitos desejos e motivações, vivendo em sociedade em busca de suas conquistas. Dentre as divisões de juventude está o jovem do meio rural, o qual se ocupa desenvolvendo atividades no ramo da agricultura, pecuária entre outras atividades desse ambiente, mas que, porém, anseia por sua autonomia e pela conquista de um espaço, assim como jovens urbanos. Sendo assim, os mesmos visualizam no estudo e na qualificação profissional uma forma de atrair novas oportunidades e buscar a sua valorização, e através desse contexto surgem fatores que podem influenciar em suas decisões em relação ao futuro do meio rural, as quais podem ser promissoras tanto para a sua permanência quanto para a sua exclusão.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se os processos metodológicos efetuados para a realização do estudo, dividindo-se em quatro seções. Na primeira seção exibe-se a caracterização do estudo desenvolvido, ou seja, qual é o tipo de pesquisa, os tipos de dados utilizados, entre outros elementos. Na segunda seção evidencia-se a população e a amostra a ser analisada, demonstrando quem é a população e como se efetuou o recorte para a determinação da amostra. Sequencialmente, a terceira seção aponta a forma de coleta de dados, isto é, a técnica de coleta utilizada para buscar as informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa. Por fim, na última seção demonstra-se como os dados foram analisados, ou seja, aponta-se desde a tabulação até os meios que foram utilizados para a formação de tabelas, quadros e gráficos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa é a atividade que permite aproximação e compreensão da realidade a ser investigada, fornecendo subsídios para uma interferência no problema real. Segundo os objetivos estabelecidos, voltados a identificar e analisar os fatores de permanência e evasão dos jovens estudantes do meio rural, considera-se este tipo de estudo baseado em amostras expressivas, levadas a uma avaliação quantitativa. Ainda segundo o autor, o estudo também se denomina como uma pesquisa descritiva, pois procura descrever, caracterizar e apontar os elementos relevantes em relação ao jovem do meio rural, assim como, os fatores que influenciam sua permanência ou evasão. Gil (2008) complementa estas colocações explicando que as pesquisas descritivas possuem como objetivo primordial a descrição das características de uma população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.

Leva-se como complemento para a pesquisa descritiva o uso de um estudo transversal aplicado de modo único, visto que, segundo Malhotra (2012) este tipo de estudo é aquele no qual as informações são obtidas na amostra de entrevistados uma única vez, desse modo, os jovens estudantes do meio rural, presentes na Universidade Federal da Fronteira Sul e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, definidos para a pesquisa, irão participar da coleta de dados

apenas uma vez. Por tratar-se de uma pesquisa de cunho conclusivo descritivo, o qual procura compreender os fatores de permanência e evasão dos jovens estudantes do meio rural, o estudo expõe um caráter quantitativo, dessa forma o mesmo proporciona maior facilidade de interpretação dos resultados. Segundo Malhotra (2012) o procedimento quantitativo geralmente é aplicado em estudos descritivos que pretendem descobrir e qualificar a relação entre variáveis. Desse modo a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados, aplicando então alguma forma de análise estatística para a apreciação das informações.

Mediante aos pontos apresentados, os dados coletados para a elaboração da pesquisa são tratados como dados primários, visto que, não foram levantados em nenhum outro momento. A coleta é feita apenas para fins da pesquisa atual, para obtenção dos objetivos requeridos pela mesma. Dessa forma, Malhotra (2012) concretiza que dados primários são aqueles que ainda não foram coletados, e que são colhidos com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa que está em andamento. Estes dados foram coletados através de uma amostra originária da população de jovens estudantes de graduação do município de Cerro Largo RS, os quais responderam a um questionário semiestruturado.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para que fosse possível extrair as informações necessárias para o atendimento dos objetivos propostos, necessitou-se selecionar uma população para a realização da pesquisa. Segundo Appolinário (2011) a população representa a totalidade de pessoas, objetos, animais, situações, entre outros elementos, que possuem um conjunto de características comuns para a sua definição. Sampieri, Collado e Lucio (2013) complementam que a partir da definição de qual será a unidade de análise, delimita-se a população que será estudada. Desse modo, apresenta a população como sendo um conjunto de todos os casos que completam uma sequência de especificações. Sendo assim, define-se como a população de estudo, os jovens estudantes de graduação das universidades com cursos presenciais no município de Cerro Largo – RS.

A população dos jovens estudantes de graduação da cidade de Cerro Largo divide-se em duas universidades, as quais possuem cursos presenciais, sendo a primeira a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e em sequência a

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Segundo o *site* da UFFS, a instituição teve sua criação oficializada no dia 15 de setembro de 2009, iniciando suas operações no *campus* Cerro Largo em 2010. Atualmente o *campus* da UFFS em Cerro Largo possui sete cursos de graduação, sendo eles: Administração, Agronomia, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental e Sanitária, Física, Letras (Português e Espanhol) e Química, totalizando 1.163 estudantes com matrícula ativa até o momento da pesquisa.

Em relação a URI, a universidade teve seu início no município de Cerro Largo, conforme consta em seu *site*, no dia 10 de janeiro de 1991. Atualmente disponibiliza quatro cursos de graduação, os quais são: Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia de Produção, possuindo um total de 191 alunos matriculados até o presente momento. Assim, pode-se dizer que a população é formada pela soma do número de alunos matriculados nas duas universidades, ou seja, a população de jovens estudantes de graduação no município é de Cerro Largo é de 1.354 estudantes.

Localiza-se também no município de Cerro Largo a Universidade Aberta do Brasil – UAB, sendo esta um programa criado pelo Ministério da Educação, possuindo como principal finalidade a capacitação de professores da educação básica. Entretanto, essa instituição não fará parte da amostra por se tratar de uma universidade com ensino a distância, já que, a amostra é composta por instituições com aulas presenciais. Além disso, a universidade com ensino a distância não possui muita disponibilidade de horários para a aplicação da pesquisa.

Para que fosse possível a realização do estudo, estimou-se uma amostra para a população estudada. A amostra é um “subgrupo da população de interesse sobre o qual os dados serão coletados, e que deve ser definido ou delimitado anteriormente com precisão, pois será representativo dessa população” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 192). Desse modo, para a definição da amostra populacional, determinada para o estudo, foi utilizada a calculadora amostral *online*, disponibilizada no *site* Comento, a qual levou em consideração o tamanho populacional de 1.354 estudantes, o nível e confiança de 95% e o erro amostral de 8%, apresentando uma amostra de 90 indivíduos. Segundo Lira (2008) um erro amostral de até 10% é considerado relevante e não compromete os resultados levantados na amostra. Os participantes dividiram-se proporcionalmente mediante o número de matriculados nas duas universidades (até o momento), através da

efetuação do cálculo da regra de três. Sendo assim, a amostra estudada está representada com 86% de alunos da UFFS e 14 % da URI, ou seja, abordou-se na UFFS o total de 77 jovens estudantes, e na URI o número de 13 respondentes, conforme seu total de alunos com matrículas ativas.

Através da definição da população encontrada e da delimitação amostral de jovens estudantes de graduação, foi possível a realização da coleta de dados. A etapa de coleta de dados é importante, sendo que, é através dela que se obtém o material utilizado como subsídio para o alcance dos objetivos estabelecidos através do estudo.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi efetuada através da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, o qual segundo Appolinário (2011) é um documento que apresenta uma série de perguntas que devem ser respondidas pelos sujeitos, que oferece algumas opções restritas de respostas possíveis, onde os indivíduos preenchem as informações solicitadas para uma base de dados projetada para uma finalidade de pesquisa. Desse modo, o questionário é caracterizado através de perguntas estruturadas e semiestruturadas. As perguntas estruturadas são as que “[...] especificam o conjunto de respostas alternativas e o formato da resposta. Uma pergunta estruturada pode ser de múltipla escolha, dicotômica ou uma escala” (MALHOTRA, 2012, p. 248).

Sendo assim, o questionário composto por perguntas estruturadas e semiestruturadas, conta com questões de múltipla escolha, de completar, de sim ou não (dicotômicas), e principalmente questões de escala *likert*. Gil (2008) explica que, escala *likert* é uma elaboração simples de caráter ordinal, possibilitando que os respondentes manifestem sua concordância ou discordância em relação ao que está sendo estudado, seguindo a graduação como, por exemplo: concorda muito, concorda um pouco, indeciso, discorda um pouco, discorda muito.

O questionário composto por 33 questões encontra-se no Apêndice A, dividindo-se em duas partes, onde as primeiras 12 questões preocuparam-se em obter dados em relação ao perfil dos jovens estudantes entrevistados, tais como: sexo, idade, curso, estado civil, entre outras informações. Já a segunda seção, formada por 22 perguntas, foi responsável por elencar os fatores: gênero, família,

lazer, autonomia, renda, interferência tecnológica, políticas públicas e origem da agricultura. Sendo esses fatores tanto provenientes para a permanência quanto para a evasão dos jovens do meio rural, conforme será exposto na escala *likert*, através das respostas dos entrevistados. Ressalta-se que o questionário baseou-se em recortes de estudos já realizados por Dotto (2011) e Hax (2017).

A abordagem dos alunos foi efetuada mediante a facilidade de acesso dos mesmos, ou seja, fizeram parte da pesquisa os estudantes presentes em sala de aula no momento da aplicação do questionário, e que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Não houve nenhum tipo de método estatístico aleatório, sistemático, estratificado ou *cluster* para a seleção dos participantes, visto que, o tipo de coleta de dados utilizada na pesquisa é definida como uma amostragem não probabilística por conveniência, pois possui maior facilidade de operação e baixo custo. De acordo com Malhotra (2012), entende-se por amostragem não probabilística por conveniência, a técnica que pretende alcançar uma amostra de elementos convenientes, onde a seleção das unidades é definida conforme o critério do pesquisador.

De maneira mais evidente, a aplicação do questionário foi desenvolvida com os alunos de graduação das universidades com aulas presenciais localizadas no município de Cerro Largo (UFFS e URI) onde os mesmos responderam a pesquisa pessoalmente em sala de aula, a qual foi realizada na primeira quinzena de setembro entre os dias 4 a 13. Estimou-se este tempo para a aplicação de todos os questionários devido à disponibilidade do pesquisador, e também conforme a facilidade de acesso aos respondentes, visto que, a contribuição por parte dos alunos pesquisados não foi obrigatória, sendo concretizada por aqueles que acharam convenientes a sua participação. Do mesmo modo, foram visitadas salas de aula aleatoriamente nas universidades, independente do curso, tendo como público-alvo para responder, os jovens estudantes de graduação residentes² do meio rural, ou seja, os questionários foram direcionados apenas aos jovens estudantes de graduação que possuem vínculo com o meio rural. Compreende-se que o próprio pesquisador efetuou a coleta de dados no ambiente de sala das universidades listadas, de modo que, o mesmo pudesse esclarecer eventuais dúvidas dos respondentes da pesquisa.

² Jovens que estejam residindo no meio rural, ou que possui como principal referência à moradia no meio rural.

Para que a pesquisa pudesse ter maior segurança, aplicou-se um pré-teste com jovens estudantes semelhantes aos da pesquisa real, para identificar qualquer eventual erro que possa ocorrer durante a aplicação real do questionário. O pré-teste foi aplicado seguindo o critério de 5% em relação ao tamanho da amostra, ou seja, 5 respondentes participaram dessa etapa da pesquisa, sendo 4 estudantes da UFFS e 1 aluno da URI, conforme a quantidade de alunos matriculados em cada instituição, o pré-teste foi aplicado com estudantes diferentes da amostra a ser pesquisada. De acordo com Good e Hatt (1972), o pré-teste significa um ensaio geral, já que, cada parte do procedimento deve ser implementada exatamente da mesma forma que será executada na pesquisa real, verificando dessa forma, se as questões apresentadas estão adequadas ou não.

Fizeram parte da etapa de pré-teste os alunos tanto da UFFS quanto da Uri, escolhidos também de maneira conveniente, ou seja, pela facilidade de acesso aos mesmos. A elaboração dessa etapa aconteceu na primeira quinzena de agosto nos dias 13 e 14, onde foi possível verificar todos os pontos do questionário, não havendo nenhum ajuste pertinente por parte dos participantes deste passo da pesquisa.

Em relação à aplicação do questionário, a mesma ocorreu no dia 4 de setembro nas duas universidades, durante o turno da tarde e noite. Foram visitadas 7 salas no *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul durante o turno da tarde, totalizando os 77 respondentes desta instituição. Visitou-se apenas 7 salas, pois, seguindo a coleta de dados por conveniência, ou seja, pela facilidade de coleta e disponibilidade dos respondentes. Não foi necessário abordar outras salas para completar a número amostral na instituição, já que, as salas visitadas foram suficientes. Ressalta-se que, através da coleta por conveniência, alguns cursos da universidade ficaram de fora da pesquisa, sendo eles, Letras, Química e Física, pois estes são cursos noturnos, e os dados foram coletados nesta instituição durante o turno da tarde.

A coleta de dados na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões ocorreu no período noturno, sendo visitadas salas aleatórias até completar o número amostral definido para a universidade. Sendo assim, para atingir os 13 respondentes, foi necessário efetuar a coleta de dados em 4 salas de aula, as quais foram escolhidas pela melhor facilidade de acesso. Do mesmo modo, o curso de Engenharia de Produção ofertado nesta instituição, não fez parte da amostra, pois

não ocorreu a coleta de dados em nenhuma das salas de aula que abrangesse este curso. Em relação a questão final disponibilizada de forma aberta aos respondentes, não houve nenhum comentário em relação ao assunto.

Por tratar-se de uma pesquisa que envolve seres humanos, apresenta-se no Apêndice B o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou TCLE, o qual foi necessário para a aplicação do estudo com os jovens estudantes de graduação do município de Cerro Largo. Conforme Rodrigues Filho, Prado e Prudente (2014) o TCLE não é apenas um simples papel onde o pesquisador expressa o convite para a participação dos respondentes à pesquisa, é um documento complexo, apresentando vários elementos, transformando sua proposição em um processo de esclarecimento e respeito à dignidade da pessoa humana. Ressalta-se também que, para o uso do nome e aplicação do questionário nas instituições de ensino superior com cursos presenciais, necessitou-se de uma autorização das mesmas, a chamada “Declaração de Ciência e Concordância”, presente em Apêndice C. Esta declaração permitiu ao pesquisador efetuar os devidos procedimentos dentro das universidades para a coleta de dados e realização do estudo.

A devolução dos resultados encontrados na pesquisa será disponibilizada às duas universidades através de um CD Rom. Do mesmo modo, os resultados do estudo poderão ser acessados pelos respondentes através do *site* da biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul. Dessa forma, os dados coletados referentes à pesquisa, sendo eles os questionários e os TCLE’s, serão arquivados em uma pasta mediante o cuidado do pesquisador, durante o período de cinco anos.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a execução de todos os passos elaborados na pesquisa, assim como, a aplicação do questionário, realizou-se a tabulação dos dados para maior controle e visualização das informações. De acordo com Gil (2008) a tabulação é considerada um processo de agrupar, assim como, contar os casos que estão nas múltiplas categorias de análise, podendo ser uma tabulação simples ou cruzada. A tabulação simples recebe o nome de marginal, consiste na contagem simples das frequências das categorias, já a tabulação cruzada, incide na contagem das frequências que ocorrem juntamente em dois ou mais conjuntos de categorias. Desse modo, a pesquisa executou a tabulação de dados cruzados, para responder ao objetivo de

comparar os fatores de permanência e evasão com a identidade dos jovens estudantes de graduação das universidades de Cerro Largo – RS.

A tabulação dos dados foi efetuada através da plataforma *Libre Office* utilizando os recursos do *Calc*. Conforme Appolinário (2011), qualquer que seja a escolha, contudo, os dados devem ser distribuídos de maneira que as variáveis representem as colunas da planilha, e cada sujeito ou questionário seja considerado nas linhas, desse modo, uma vez tabulados os dados quantitativos, podem ser objeto de análises estatísticas pertinentes para cada caso particular de estudo. Assim, após todos os dados tabulados, constituiu-se uma análise estatística descritiva dos mesmos.

A estatística descritiva é a representação de técnicas que tem por finalidade descrever, resumir, assim como totalizar e apresentar graficamente ou através de tabelas os dados da pesquisa. Neste sentido, fazem parte dessa modalidade de pesquisa as distribuições de frequência, as medidas de tendência central, as medidas de dispersão, as correlações e as representações gráficas (APPOLINÁRIO, 2011). Considerou-se nesta pesquisa a utilização de distribuição de frequência para a construção de tabelas, levando em atendimento a frequência relativa e a frequência absoluta.

Do mesmo modo, utiliza-se no estudo as medidas de tendência central, ou, segundo Malhotra (2012), as medidas de posição, as quais são conceitos que tendem descrever o centro da distribuição dos dados. Portanto, a média foi considerada a medida de tendência central utilizada para efetuar a análise dos dados da pesquisa. Sequencialmente, incorporou-se também na análise, o uso das medidas de dispersão, principalmente o desvio padrão, utilizado para verificar a homogeneidade da amostra, já que, quando se observa um conjunto de dados, verifica-se a sua distribuição ao redor da média, desse modo, quando mais próximo da média os valores estiverem, menor será a dispersão dos dados (APPOLINÁRIO, 2011).

Para determinar os fatores de permanência ou evasão dos jovens estudantes no meio rural, construiu-se um quadro levando em consideração a frequência absoluta da escala *likert*, a qual está exposta de 1 a 5, seguindo o grau de concordância de: discordo muito, discordo um pouco, indeciso, concordo um pouco e concordo muito. Seguindo as colocações de Silva Júnior e Costa (2014), as médias em relação às respostas foram analisadas considerando os retornos que

obtiveram. Considera-se no estudo uma média entre 1 e 2,5 como negativa, já as respostas com média entre 2,51 e 3,5 são definidas como indecisas e imparciais. E as respostas com média entre 3,51 e 5, são consideradas respostas positivas.

Esse instrumento de análise foi utilizado para que fosse possível apresentar quais fatores são considerados positivos para que os jovens estudantes do meio rural possam permanecer neste ambiente, e quais desses fatores são considerados elementos de saída dos jovens do âmbito rural. Considera-se também no quadro, a análise o desvio padrão, Martins (2013) explica que o desvio padrão é uma medida de dispersão dos dados relativos à média, ou seja, quanto maior for o seu valor encontrado, maior será a dispersão dos dados da média. Em contrapartida, quanto menor for o seu valor, mais homogêneos serão os dados em relação à média.

Para a melhor compreensão e visualização dos dados da amostra, em algumas variáveis utilizou-se representações gráficas, especificamente os gráficos de colunas e pizza. Para firmar esta utilização, Appolinário (2011) expressa que, nas pesquisas em geral pode ser útil à utilização de algum tipo de gráfico para facilitar a visualização de determinado aspecto que se pretende apresentar. Para o objetivo de relacionar os fatores de permanência e evasão com a identidade dos jovens estudantes respondentes, foram efetuadas análises cruzadas, com base na construção de tabelas estatísticas. Levou-se em consideração a frequência absoluta, o que proporcionou a melhor visualização da concentração dos dados, possibilitando entender se os mesmos possuíam relação ou não. Os dados apresentados através das tabelas, quadros e gráficos foram analisados com base na literatura, efetuando a comparação entre os resultados da pesquisa com outros resultados já existentes, o que possibilitou a concepção de algumas conclusões acerca dos objetivos estabelecidos no estudo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apontados e discutidos todos os itens que possuem relação com os objetivos do estudo. A primeira seção é responsável pela caracterização da amostra em relação a idade, sexo, curso, entre outros. A segunda seção possui o foco de exibir os fatores de permanência ou evasão dos jovens no meio rural através de suas respostas. A última seção encarrega-se de comparar e relacionar os fatores de permanência ou evasão dos jovens com algumas de suas características.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO MEIO RURAL

Nesta seção apresentam-se as características dos jovens estudantes de graduação do meio rural. Procura-se exibir os elementos centrais que poderão auxiliar na construção de um resultado relevante para os objetivos estabelecidos no estudo. A Tabela 1 demonstra a residência, o sexo e o estado civil dos entrevistados mediante a frequência absoluta e acumulada dos mesmos.

Tabela 1 - Principais características dos jovens estudantes pesquisados

Variáveis		Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Residência	Reside no meio rural	36	40%
	Reside na zona urbana com base no meio rural	54	60%
	Total	90	100%
Sexo	Feminino	49	54%
	Masculino	41	46%
	Total	90	100%
Estado Civil	Solteiro	88	98%
	Casado	1	1%
	Viúvo	0	0%
	Divorciado	0	0%
	Outro	1	1%
	Total	90	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Conforme a Tabela 1, percebe-se que apenas 40% dos jovens entrevistados residem no meio rural, sendo que, os outros 60% da amostra residem atualmente na zona urbana, porém, possuem como base o meio rural. Puntel, Paiva e Ramos (2011) reforçam a ideia de que não existe mais um abismo entre o meio rural e o urbano, os jovens ainda cultivam a cultura de origem, mas, estão entrelaçados entre a família no meio rural e a universidade no meio urbano.

Dentre os entrevistados, há a predominância de representantes do sexo feminino (54%), já o sexo masculino representa 46%. Compreende-se que o destaque das mulheres no estudo remete ao fato de que a escolaridade e a profissionalização estimulam as mesmas a optarem pelas cidades, causa que pode ser entendida do sexo feminino pela falta de oportunidades no meio rural, e também pelos trabalhos mal gratificados, já que, historicamente, as mulheres sempre foram menos valorizadas no campo (FARIA, 2009). O estado civil de solteiro dos jovens pertencentes à amostra representa 98% do total. Puntel, Paiva e Ramos (2011) explicam que na maioria das vezes os estudos demonstram que os jovens optam primeiramente pela profissionalização antes da decisão de casamento, principalmente em relação às jovens mulheres. A Tabela 2 aponta os cursos ofertados pelas universidades estudadas.

Tabela 2 - Cursos de graduação dos jovens estudantes pesquisados

Cursos de Graduação	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Administração	41	46%
Agronomia	16	18%
Ciências Biológicas	8	9%
Ciências Contábeis	5	6%
Direito	4	4%
Engenharia Ambiental e Sanitária	16	18%
Total	90	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O curso de Administração³ possui a maior representatividade na amostra, sendo composto de 46% do total, seguido pelos cursos de Agronomia e Engenharia Ambiental e Sanitária que representam 18% cada. Já os cursos de Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Direito possuem uma representatividade de 9%,

³ O curso de Administração é o único ofertado tanto na UFFS quanto na URI.

6% e 4% respectivamente. A Tabela 3 apresenta a dispersão da amostra conforme as universidades presentes no estudo assim como seus respectivos turnos e fases de estudo.

Tabela 3⁴ - Instituições de ensino, turnos de aula e fases dos jovens estudantes

	Varáveis	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Universidade	UFFS	77	86%
	URI	13	14%
	Total	90	100%
Turno	Noturno	13	14%
	Integral	77	86%
	Total	90	100%
⁵ Fases	2 ^a fase	9	10%
	3 ^a fase	1	1%
	4 ^a fase	15	17%
	6 ^a fase	16	18%
	8 ^a fase	39	43%
	9 ^a fase	1	1%
	10 ^a fase	9	10%
	Total	90	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) representa 86% da amostra estudada, e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), compõe 14% da pesquisa. Em relação aos turnos de aula em que os alunos estudam, destaca-se o turno Integral, compondo 86%, seguido pelo Noturno que representa 14%. A concentração da amostra está nos alunos que estão cursando a 8^a fase em suas graduações, já que, os mesmos representam 43% do total. Sequencialmente apresentam-se os alunos da 6^a e 4^a fase, os quais representam 18% e 17% respectivamente. Já os alunos da 2^a e 10^a compreendem 10% do total cada, e por fim, os alunos tanto da 3^a fase quanto da 9^a fase possuem uma representatividade de 1% em relação ao total de indivíduos estudados.

⁴ Não houve nenhum aluno que estudasse durante os turnos Matutino e Vespertino (manhã e tarde), já que, as duas universidades estudadas possuem apenas cursos Integrais ou Noturnos.

⁵ Observa-se que a 1^a, a 5^a e a 7^a fases não possuem dados na amostra. Isso se dá ao fato da UFFS *campus* Cerro Largo não ofertar cursos no meio do ano, desse modo, todos os seus cursos possuem atualmente suas fases em números pares. Apenas a URI *campus* Cerro Largo disponibiliza cursos com início no meio do ano letivo.

A Tabela 4 demonstra a idade dos entrevistados através de uma estatística descritiva, os quais possuem média de idade de 21,58 dentre todos os jovens estudantes presentes na amostra. Em relação à variância, percebe-se que a idade dos entrevistados variou 8,52 em torno da média, além disso, o desvio padrão calculado demonstra que a idade dos jovens estudantes de graduação do meio rural variou 2,92 anos, tanto para cima, quanto para baixo conforme a média. Ou seja, percebe-se que os dados em relação à idade possuem um certo nível de heterogeneidade.

Tabela 4 - Idade dos jovens estudantes pesquisados

Média	Variância	Desvio Padrão	Máx.	Mín.
21,58	8,52	2,92	32	18

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Tal variação é percebida através da idade máxima de 32 anos encontrada no estudo, e a idade mínima de 18 anos apresentada. Comparando tal resultado com outras pesquisas da mesma área, o estudo realizado por Dotto (2011) apresenta a idade dos jovens entre 18 e 25 anos, onde o dado é condizente com o estudo em questão, ou seja, a idade dos respondentes das amostras é semelhante. Já o estudo de Weisheimer (2009) com jovens do meio rural apresenta uma faixa etária entre 15 e 19 anos dos entrevistados, onde se percebe aqui uma faixa etária mais jovem se comparado com os outros estudos.

A Tabela 5 é responsável por elencar a quantidade de hectares das propriedades, destacando de forma crescente a quantidade de hectares pertencentes às propriedades dos respondentes. A média das propriedades é de 29,32 hectares, Mantelli (2006) ressalta que na região Noroeste do Rio Grande do Sul as propriedades com menos de 50 hectares são consideradas de pequeno porte. Dessa forma, em relação à média, as propriedades onde os alunos possuem referência são propriedades pequenas. Percebe-se também no estudo que, as propriedades entre 10,1 e 20 hectares representam 34% da amostra.

Tabela 5 - Hectares das propriedades dos jovens estudantes pesquisados

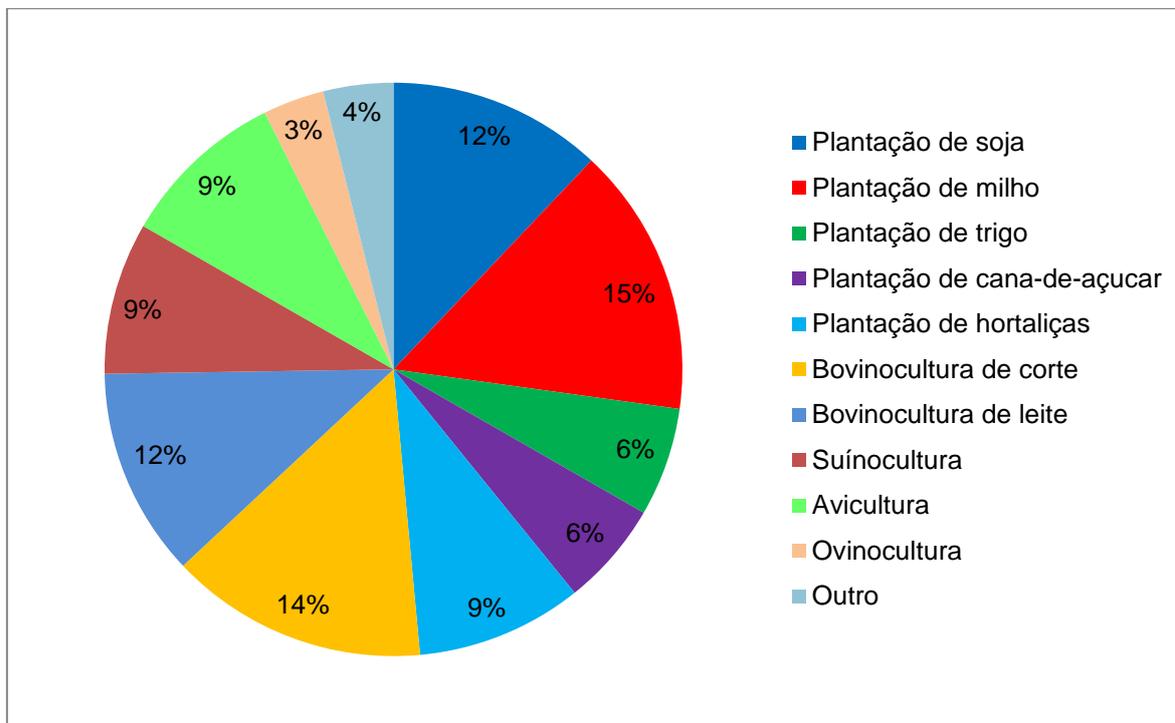
Hectares	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
0 a 10 hectares	27	30%
10,1 a 20 hectares	31	34%
20,1 a 30 hectares	9	10%
30,1 a 40 hectares	9	10%
40,1 a 50 hectares	2	2%
50,1 a 100 hectares	10	11%
100,1 a 200 hectares	1	1%
200,1 a 400 hectares	1	1%
Total	90	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As grandes propriedades com mais de 100 hectares representam 2% da amostra, sendo uma entre 100,1 a 200 hectares e outra entre 200,1 a 400 hectares. Complementando esse resultado, Mantelli (2006) expressa que no Noroeste do Rio Grande do Sul, “a presença das consideradas grandes propriedades, com área superior a 100 hectares, se faz de forma inexpressiva, se considerado o número de estabelecimentos (em média 1,6% do total dos estabelecimentos)”. O mesmo acrescenta que, mesmo havendo poucas propriedades deste porte, estas ocupam uma área de 23,60% do território dos estabelecimentos regionais e são importantes influências no sentido de explicar as desigualdades sociais presentes.

Conforme as constatações referentes às hectares das propriedades dos entrevistados, o Gráfico 1 elenca quais atividades são desenvolvidas em tais propriedades. Observa-se que existem muitas atividades executadas nas propriedades dos jovens, Wanderley (2007) entende essa diversificação como uma estratégia adotada pelos moradores do meio rural, pois a diversificação não é focada somente para a ampliação do leque de produtos comercializáveis, mas também para garantir o autoconsumo familiar.

Gráfico 1 - Atividades desenvolvidas nas propriedades dos jovens estudantes pesquisados



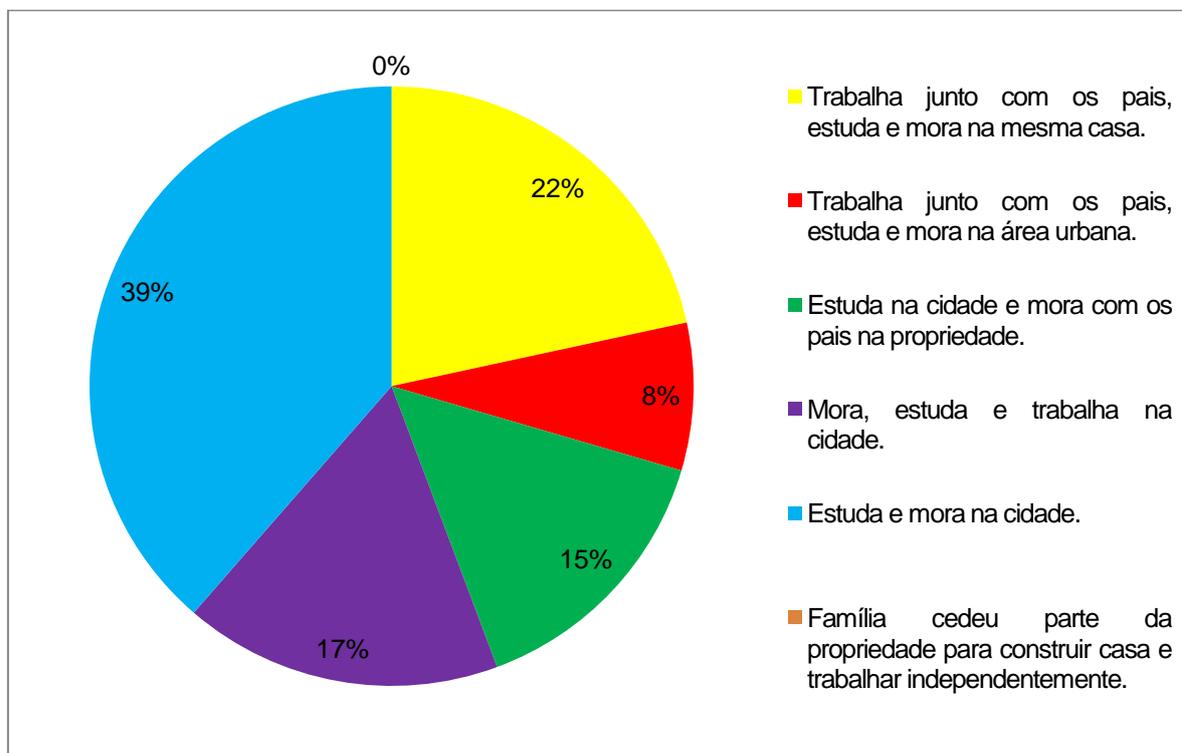
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Graziano, Marc e Bianchini (2001) complementam que a diversificação rural pode ser entendida como pluriatividade, considerada como agricultura moderna, a qual impulsiona o desenvolvimento do meio rural, proporcionando condições que possam alcançar a cidadania sem haver a migração para as cidades. Desse modo, percebe-se que a atividade mais desenvolvida entre os entrevistados é a plantação de milho, seguida pela bovinocultura de corte, tendo como destaques também a plantação de soja e a bovinocultura de leite.

O Gráfico 2 apresenta as relações de vida dos jovens, ou seja, como eles se relacionam com o meio rural atualmente. Para tal perspectiva, o Gráfico demonstra algumas opções que foram escolhidas pelos respondentes. Percebe-se que 39% dos entrevistados estudam e moram na cidade, ou seja, os mesmos não participam das atividades rurais ativamente, porém, não há conhecimento, se os estudantes ao retornarem para suas residências, os finais de semana e férias, auxiliam nas atividades da propriedade rural. Nota-se também que 22% dos entrevistados trabalham e moram na mesma casa que seus pais na propriedade, porém, estudam no ambiente urbano. Os jovens que estudam, trabalham e moram na cidade

representam 17% e os jovens que apenas estudam e moram com os pais na propriedade compõem 15% da amostra.

Gráfico 2 - Relações de vida dos jovens estudantes pesquisados



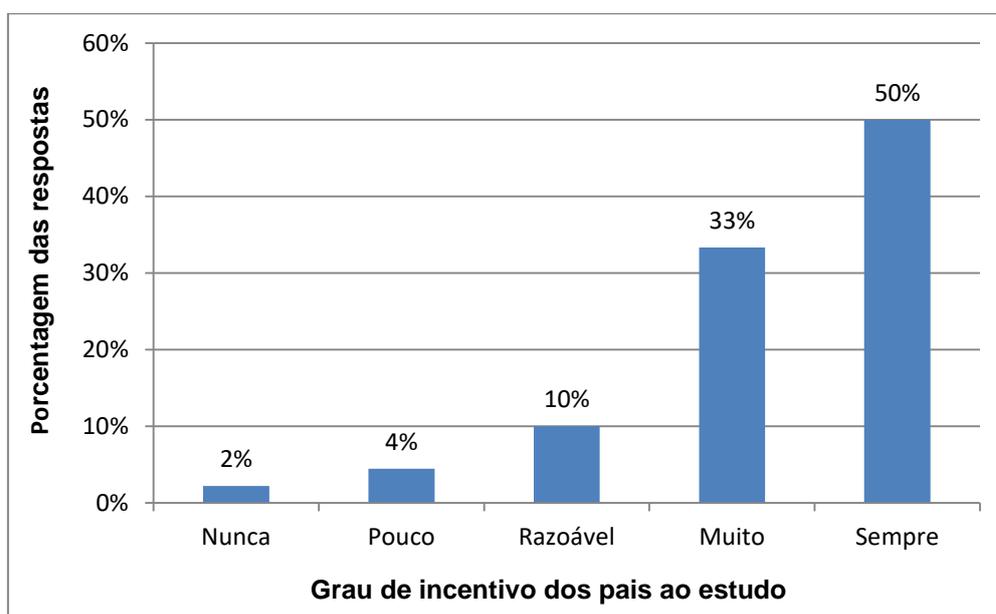
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Redin (2017) relata que para melhorar as atividades desenvolvidas no meio rural, muitos jovens saem em busca de qualificação no ensino superior. Zago (2016) corrobora expressando que, os jovens largam a vida no meio rural para trabalhar ou estudar e trabalhar, situação onde são impulsionados pelos pais que também possuem o desejo de romper a tradição familiar de terem uma escolarização e uma profissionalização reduzida. Dessa forma, buscam melhores condições de vida através do investimento na formação universitária, desconstruindo a condição de agricultor como um destino para os filhos.

Como complemento, o Gráfico 3 demonstra o quanto os jovens estudantes são influenciados pelos pais a buscarem o estudo e a qualificação profissional. Visualiza-se, de forma significativa, que os jovens estudantes respondentes sempre recebem incentivo dos pais em relação aos seus estudos, representando 50% do total da amostra, sendo que apenas 2% nunca recebeu nenhum tipo de incentivo

relacionado aos seus estudos. Essa situação pode ser entendida devido ao fato de que muitas propriedades de pequeno porte possuem um baixo nível de instrução no campo, sendo assim, os pais e até mesmo os irmãos com patamares mais elevados de escolaridade e qualificação, tendem a exercer o estímulo aos demais para seguir o mesmo caminho (ZAGO; BORDIGNON, 2012).

Gráfico 3 - Incentivo dos pais em relação aos estudos dos jovens estudantes pesquisados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De modo geral, os jovens da amostra são a maioria do sexo feminino e residem no meio urbano. Além disso, os entrevistados são em grande parte solteiros, o que pode estar relacionado à opção dos mesmos pela qualificação profissional ao invés do casamento. O curso de maior destaque no estudo é o de Administração, tal informação pode estar ligada ao fato do curso ser o único ofertado nas duas universidades estudadas. Os entrevistados possuem uma média de idade de 21,58 anos, e em grande parte recebem incentivos de seus pais em relação aos estudos e a qualificação profissional. Destaca-se também que os jovens respondentes provêm de propriedades com tamanho entre 10,1 a 20 hectares, e a principal atividade desenvolvida é a plantação de milho. Porém, compreende-se a existência da diversificação destas atividades, tal fato pode ocorrer como estratégia de comercialização e também como meio de autoconsumo.

4.2 FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DO MEIO RURAL

Esta seção encarrega-se de apresentar os fatores de permanência e evasão dos jovens estudantes de graduação do meio rural com base em alguns elementos buscados na literatura. Apresenta-se quais dos mesmos são relevantes para a permanência dos jovens no meio rural, e quais destes são considerados negativos para a sua permanência futura no ambiente rural.

O Quadro 1 exhibe os fatores estudados, apresentando a frequência absoluta, a média e o desvio padrão. Tais informações são relevantes para demonstrar se o fator é ligado à permanência ou evasão dos jovens. A frequência absoluta é composta através do grau de concordância embasado em cinco variáveis, sendo elas: (1) Discordo muito; (2) Discordo um pouco; (3) Indeciso; (4) Concordo um pouco; (5) Concordo muito.

Quadro 1 – Principais fatores de permanência ou evasão dos jovens do meio rural

Nº	Fatores	Freq. Absoluta					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
1	A propriedade comporta todos os filhos na atividade rural.	26	17	11	19	17	2,82	1,52
2	A valorização do estudo contribui como meio de ascensão (avanço para outros mercados de trabalho).	1	2	4	21	62	4,57	0,78
3	O diálogo com a universidade incentiva a aplicação dos conhecimentos acadêmicos na propriedade.	1	7	14	34	34	4,03	0,98
4	A desvalorização do meio rural com a oferta de emprego urbano facilita a mudança para o ambiente urbano.	6	6	13	23	42	3,99	1,22
5	A troca de experiências com jovens da cidade desestimulam a permanência no meio rural.	18	20	20	22	10	2,84	1,31
6	A imagem inferior de jovens do meio rural em comparação a jovens da cidade é um fator importante de evasão.	16	17	24	23	10	2,93	1,27
7	A escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano.	2	6	8	23	51	4,28	1,03
8	A desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação) contribui para a saída do meio rural.	15	9	22	25	19	3,27	1,36
9	A família exerce influências positivas para a permanência no meio rural.	7	18	22	25	18	3,32	1,23
10	A falta de diálogo entre membros da família, principalmente entre pais e filhos auxilia na exclusão dos mesmos do meio rural.	5	15	24	32	14	3,39	1,11

Nº	Fatores	Freq. Absoluta					Média	Desvio Padrão
		1	2	3	4	5		
11	A noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer é mais favorável.	4	19	14	27	26	3,58	1,24
12	A falta de autonomia para tomar as próprias decisões utilizando os recursos livremente, nas atividades desejadas exerce influência para sair do meio rural.	3	12	24	35	16	3,54	1,04
13	A dificuldade com a falta de horário no trabalho agrícola contribui pela busca de novas oportunidades.	3	16	20	35	16	3,50	1,08
14	A ausência de expectativa de geração de renda regular e satisfatória contribui para a busca de novas oportunidades na cidade.	2	7	14	39	28	3,93	0,99
15	A ausência de remuneração fixa pelo trabalho na agricultura impulsiona o deslocamento em busca de renda na cidade.	2	9	9	34	36	4,03	1,05
16	A facilidade de acesso aos meios de comunicação, como a internet no meio rural facilita a permanência neste ambiente.	7	10	9	32	32	3,80	1,26
17	A presença de recursos tecnológicos para facilitar a execução de atividades no meio rural proporcionam incentivos positivos.	0	8	6	26	50	4,31	0,94
18	A disponibilidade de incentivos provindos de políticas públicas para o desenvolvimento das atividades da propriedade é importante para continuar neste ambiente.	1	2	10	32	45	4,31	0,84
19	A disponibilidade de financiamentos de forma fácil e em abundantes quantidades afeta positivamente a permanência no meio rural.	4	5	10	29	42	4,11	1,10
20	A presença de empregados externos na agricultura auxilia no desenvolvimento da propriedade.	1	4	16	41	28	4,01	0,88
TOTAL:							74,58	22,22

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Percebe-se que em alguns fatores o desvio padrão apresentou valores altos, demonstrando que a média não possui tanta homogeneidade e os dados possuem respostas discrepantes. Em relação ao Fator 1, o qual aborda que “a propriedade comporta todos os filhos na atividade rural”, e que todos os filhos possuem espaço para desenvolver atividades dentro da propriedade. Observa-se que a média obtida é de 2,82, ou seja, os pesquisados consideram-se indecisos em relação a essa questão. Porém, existe uma tendência negativa em decorrência ao assunto, o que pode ser entendido pelo tamanho das propriedades presentes na amostra, pois compreende-se a existência de propriedades de pequeno porte. Assim como, pelo desvio padrão, que apresenta um resultado de 1,52, portanto, os dados possuem uma grande dispersão em relação à média encontrada. Sendo assim, o resultado do

desvio padrão aponta que talvez as propriedades não comportam todos os filhos, colaborando para que os mesmos busquem novas oportunidades de trabalho fora do meio rural.

O Fator 2 expressa que “a valorização do estudo auxilia para o avanço em direção a outros mercados de trabalho”, sendo assim, a qualificação profissional abre portas para novas oportunidades fora do ambiente rural. Tal colocação obteve uma média de 4,57, sendo considerada uma afirmação positiva perante os respondentes, constituindo então um fator negativo para a permanência do jovem no meio rural. O desvio padrão colabora na confirmação negativa deste fator, já que, o mesmo obteve um valor de 0,78, ou seja, a média calculada não possui respostas com discrepância elevada. Já na percepção de Oliveira (et al., 2016) a qualificação profissional dos jovens rurais não abre portas apenas para o trabalho externo, pois os mesmos são muitas vezes instigados através da educação a obterem habilidades administrativas, agropecuárias e organizativas para que possam contribuir em suas propriedades.

O Fator 3 aborda que “o diálogo com a universidade incentiva a aplicação dos conhecimentos acadêmicos na propriedade”. O mesmo é compreendido como um fator positivo de permanência do jovem no meio rural, devido à média de 4,03, e o desvio padrão é 0,98, o qual não possui tanta discrepância em relação às respostas. Além disso, esse resultado corrobora com as colocações de Oliveira (et al., 2016), pois muitos jovens usam o estudo e a profissionalização para executar suas habilidades nas propriedades onde possuem vínculo. Entretanto, nem sempre os jovens rurais acabam optando por executarem seus conhecimentos dentro da propriedade, pois muitas das vezes a mesma é desvalorizada e desestimulada, o que acaba afetando o desenvolvimento do jovem dentro desse ambiente (RENK; DORIGON, 2014).

O Fator 4 retrata que “a desvalorização do meio rural com a oferta de emprego nas cidades facilita a mudança para o ambiente urbano”. Considera-se esse fator negativo para a permanência do jovem no meio rural, dado que, o mesmo obteve uma média de 3,99, ou seja, os respondentes concordam com a afirmação apresentada. Contudo, o desvio padrão exibe um valor relativamente alto de 1,22, demonstrando que essa média possui um nível significativo de variação. Um estudo realizado por Carvalho e Gonçalves (2007) demonstra a relação entre o emprego e a saída do jovem do meio rural. Para a maioria dos jovens urbanos a

profissionalização e o emprego são tidos como elementos que colaboram para facilitar e conceder melhores condições de vida. Para os jovens rurais, o estudo não revela essa percepção de maneira nítida, já que, os jovens desse ambiente buscam o emprego e o trabalho por necessidade. Nesse sentido, os jovens deixam o campo em busca de oportunidades de trabalho, fazendo com que permaneçam mais homens do que mulheres no meio rural, fator principal da masculinização do campo, e da mesma forma, do envelhecimento populacional rural.

O Fator 5 indaga que “a troca de experiências com os jovens da cidade desestimula a permanência no meio rural”. Os jovens demonstram-se indecisos a essa alegação, devido à média de 2,84. Contudo, esse resultado tende a ser negativo em associação a colocação, já que, muitos jovens não consideram esse elemento como algo importante para a evasão do meio rural, o que pode ser entendido pelo alto valor de 1,31 encontrado no desvio padrão. Do mesmo modo o Fator 6 apresenta que “a imagem inferior dos jovens do meio rural em comparação com os jovens da cidade é um fator importante de evasão”. Os mesmos se consideram indecisos em relação a essa afirmação, devido à média de 2,93, e possuem também uma tendência negativa, observando que, o desvio padrão demonstra um valor elevado de 1,27, visto que, muitos jovens não se consideram inferiores por morarem no meio rural.

O Fator 7 afirma que “a escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano”. Tal afirmação é vista de forma positiva pelos respondentes, apresentando uma média de 4,28, tornando-se um fator negativo para a permanência do jovem no meio rural. O mesmo apresenta um desvio padrão de 1,03, o que relata um nível de discrepância nos dados, isto pode ser relacionado ao fato de que nem todos os jovens consideram o meio urbano como o alvo de maior atratividade mediante a escolarização. De forma complementar, Cerqueira et al. (2013) relatam que apesar dos avanços, a educação do meio rural ainda carrega muitas dificuldades, isso pode ocorrer pelo fato do campo ser considerado sinônimo de atraso em relação ao urbano, assim como as políticas de educação serem mais direcionadas para as escolas urbanas, muitas vezes não levando em consideração as necessidades rurais.

O Fator 8 trata de um dos temas mais abordados pela literatura, a desigualdade de gênero, ou seja, “a exclusão das filhas no processo de sucessão familiar como contribuição para a saída do meio rural”. Essa afirmação não obteve

um impacto significativo pelos os respondentes, pois, segundo a média de 3,27 os mesmos demonstram-se indecisos em relação a essa colocação. Mesmo assim, uma parcela significativa concorda que esse tema é um dos principais fatores que causam o êxodo rural. Tal expressão pode ser entendida através do desvio padrão de 1,36, o qual demonstra que os dados possuem uma variação significativa em relação à média encontrada. Zotis (2011) explica que surgem alguns conflitos em relação ao gênero, pois as jovens mulheres não possuem grandes incentivos para continuarem no meio rural, sendo essa uma causa que pode auxiliar na migração do sexo feminino com maior facilidade em relação ao sexo masculino. Entretanto, o Fator 8 não obteve um resultado impactante, mesmo o estudo sendo composto por 54% de jovens mulheres. Esse dado apenas reforça a ideia de que as mulheres são mais propícias ao estudo, porém, não se enxergam totalmente como excluídas das atividades rurais.

Em relação ao Fator 9, aborda-se que “a família exerce influências positivas para permanência do jovem no meio rural”. Obtém-se uma resposta indecisa dos respondentes, conforme a média de 3,32, entretanto, o desvio padrão apresenta uma variação significativa de 1,23. Essa indecisão pode estar relacionada ao fato da família ser uma base para o jovem, assim como, pode ser considerada um fator de desmotivação na vida do mesmo. Durand e Alves (2015) explicam essa situação expressando que as relações dos jovens com a família muitas vezes geram conflitos, já que, as vezes, os padrões familiares são rígidos para os jovens que procuram a liberdade. Entretanto, os autores acrescentam que alguns jovens enxergam na família, através da proximidade e também da convivência, o apoio que necessitam para superar as dificuldades e encararem seus problemas.

Do mesmo modo, o Fator 10 aborda que “a falta de diálogo entre membros da família, principalmente entre pais e filhos auxilia na exclusão dos mesmos do meio rural.”, é vista de forma indecisa. Ou seja, conforme a média de 3,39, os respondentes consideram-se no geral indecisos em relação a essa afirmação, o desvio padrão demonstra uma discrepância de 1,11 nos dados coletados, onde destacam-se, em maior número, os respondentes que concordam com a afirmação.

O Fator 11 apresenta que “a noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer é mais favorável para os jovens”. Tal afirmação é vista de forma positiva pelos respondentes, pois a média apresenta um valor de 3,58, entretanto, o desvio padrão exibe um valor de 1,24, ou seja, as respostas não estão relativamente concentradas

em relação à média. O fator relacionado à liberdade e lazer é visto como negativo para a permanência do jovem no meio rural, e positivo para a sua migração ao ambiente urbano. Tal resultado corrobora com o estudo realizado por Zago e Bordignon (2012), os quais afirmam que os jovens enxergam o lazer como uma questão importante, pois na cidade conseguem obter maior liberdade sem preocupação com os afazeres da propriedade. Os autores acrescentam que os jovens não suportam a “prisão” que é causada pelos afazeres do campo, e demonstram seus interesses em saírem para festas em busca de diversão. Contrapondo os resultados da pesquisa e o estudo descrito anteriormente, Chauveau (2014) defende a visão de que atualmente o meio rural não é mais visto como um deserto cultural, pois existem espaços e coisas para ver, fazer e lugares onde os jovens possam sair e se divertir.

O Fator 12 aborda que “a falta de autonomia para tomar as próprias decisões utilizando os recursos livremente nas atividades desejadas, exerce influências para sair do meio rural”. Tal afirmação é vista de maneira positiva pelos pesquisados, pois a média de 3,54 demonstra que os mesmos concordam com essa afirmação, concluindo que a falta de autonomia é sim um fator negativo de permanência do jovem no meio rural. O desvio padrão apresenta uma variação de 1,04 nos dados em comparação com a média apresentada, o que se dá pelo fato de muitos pesquisados não concordarem com essa alegação. O resultado encontrado no estudo vai em contrapartida à visão de Brumer (2014), o qual aborda que o nível educacional e a qualificação profissional são fatores que influenciam no nível de autonomia que os jovens recebem em suas propriedades, já que os fatores incentivam a preparação para a gestão produtiva dos estabelecimentos, ou seja, quanto mais os jovens adquiram qualificação, mais ou mesmos receberão autonomia para executar tarefas livremente na propriedade.

O Fator 13 expressa que “a dificuldade com a falta de horário no trabalho agrícola contribui pela busca de novas oportunidades”, o mesmo é visto de maneira indecisa pelos respondentes. Tal resultado é visualizado na média calculada de 3,50. Ou seja, mesmo o assunto relacionado à carga horária intensiva dos trabalhadores rurais ser bastante discutido na literatura, o mesmo não obteve grande impacto e destaque no estudo em questão. Entretanto, o desvio padrão demonstra que os valores variam 1,08 em relação à média. Destacam-se os respondentes que concordaram com essa afirmação, pois muitos ainda sentem a dificuldade de

exercer atividades sem um horário regular para a execução das mesmas. Além disso, outro elemento que pode exercer influências para o resultado indeciso nas respostas, está ligado ao fato da maioria dos respondentes estarem morando atualmente na cidade sem exercerem atividades rurais de forma constante.

O Fator 14 relata que “a ausência de expectativa de geração de renda regular e satisfatória contribui para a busca de novas oportunidades na cidade”. Tal consideração é vista de forma positiva pelos respondentes, segundo a média de 3,93. Do mesmo modo, o desvio padrão de 0,99 não apresenta uma variação tão significativa, o que reforça a ideia de que esse fator é negativo para a permanência dos jovens no meio rural, e é um dos fatores positivos que incentivam os mesmos na busca de oportunidades no meio urbano. Esse resultado complementa as afirmações apresentadas no estudo de Zago e Bordignon (2012), onde explicam que o desejo dos jovens em se tornarem proprietários das terras diminui conforme a renda familiar cai, trazendo como reflexão a vontade dos mesmos de viverem na cidade buscando novos meios de sobrevivência, conforme o estabelecimento pertencente à família se torna menos promissor e rentável. Além de muitas vezes a renda ser considerada baixa, a mesma também é instável, o que pode causar insegurança para os seus dependentes.

O Fator 15 ressalta que “a ausência de remuneração fixa pelo trabalho na agricultura impulsiona o deslocamento em busca de renda na cidade”. Essa alegação é vista com concordância pelos respondentes, pois a média apresenta um valor de 4,03. Contudo, o desvio padrão de 1,05 demonstra um pouco de variação nos dados, pois nem todos os respondentes concordam com a alegação, observando que alguns podem receber remuneração adequada pelo trabalho realizado. Conforme o resultado encontrado, percebe-se que os respondentes enxergam esse fator como uma das causas de saída do campo em busca de oportunidades nas cidades, tornando-se então, um fator negativo para a sua permanência do campo. Castro (2005) expressa que essa questão é um dos grandes desafios enfrentados pelos jovens, pois uma rentabilidade baixa e até mesmo instável dificulta a aplicação de investimentos na produção e no desenvolvimento da propriedade.

O Fator 16 aborda que “a facilidade de acesso aos meios de comunicação, como a internet no meio rural, facilita a permanência neste ambiente”. Essa colocação é considerada positiva pelos jovens, os quais consideram esse fator

relevante para a permanência dos mesmos no meio rural, pois isso é refletido através da média de 3,80. Entretanto, o desvio padrão de 1,26 demonstra que existe uma variação significativa nas respostas, o que pode estar relacionado ao fato de muitos jovens não possuírem acesso à internet no meio rural, ou se possuem a mesma é de baixa qualidade, dificultando a sua usabilidade. Em complemento, Vieira e Souza (2008) expressam que cada vez mais o meio rural procura adaptar-se à realidade de constantes transformações que são próprias do meio urbano, desta forma, insere-se na sociedade da informação. Conseqüentemente utiliza novas tecnologias e instrumentos para efetuar a comunicação, a troca de informações e até mesmo a tomada de decisões. Ressalta-se também que a adesão de tecnologias é importante para o crescimento e desenvolvimento da propriedade e contribui para o aumento da produtividade e rentabilidade.

O Fator 17 especifica que “a presença de recursos tecnológicos para facilitar a execução de atividades no meio rural proporciona incentivos positivos”. Os jovens em sua maioria concordam com essa afirmação, devido à média de 4,31 e também ao desvio padrão de 0,94 que não apresenta uma variação significativa nas respostas. É possível dizer que os recursos tecnológicos são considerados um dos grandes fatores que auxiliam na permanência dos jovens do campo, pois através deles as atividades podem ser desenvolvidas com maior facilidade tendo um retorno mais rápido do que se fossem executadas manualmente.

Weisheimer (2009) explica que, por mais que no período marcado pela modernização da agricultura, as grandes propriedades focadas na exportação tenham se destacado, o avanço da tecnologia também alcançou os produtores familiares que passaram a utilizar tecnologias principalmente voltadas para a correção do solo e também a introdução de maquinários. Parte do trabalho que outrora era desenvolvido de forma manual, começou a ser executado com o auxílio dos equipamentos e dos recursos tecnológicos. A adesão à novas tecnologias, na maioria das vezes só é possível com o auxílio de políticas públicas que colaboram para o crescimento e desenvolvimento do produtor rural, principalmente aqueles ligados a agricultura familiar.

O Fator 18 apresenta que “a disponibilidade de incentivos provindos de políticas públicas para o desenvolvimento das atividades da propriedade é importante para continuar neste ambiente”. Tal alegação é considerada positiva pelos respondentes sendo estimado como um dos grandes incentivos à

permanência dos jovens no meio rural. Confirma-se essa informação pela média de 4,11 e pelo desvio padrão de 0,84, o qual representa uma pequena variação nas respostas, reforçando ainda mais a ideia de que a maioria dos respondentes concorda com o fato de que as políticas públicas são importantes para que os jovens possam permanecer no ambiente rural. Lima (2014) apresenta muitas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para promover o crescimento e o bem-estar dos jovens do meio rural. O Governo Brasileiro (2012) disponibiliza para os jovens rurais o programa “Nossa Primeira Terra”, que visa financiar a compra de terras para os jovens rurais, possibilitando-lhes a contribuição para o desenvolvimento rural.

Em concordância com essa afirmação, o Fator 19 expressa que “a disponibilidade de financiamentos de forma fácil e em abundantes quantidades afeta positivamente a permanência no meio rural”. Tal colocação é considerada positiva pelos respondentes, devido à média de 4,11. Já o desvio padrão de 1,10 demonstra uma variação nos dados, o que pode ser entendido pelo fato de que muitos dos jovens pesquisados, ainda não tiveram contato com esses recursos. Outro exemplo de política pública de financiamento apresentada pelo Governo Brasileiro (2012) é o “Pronaf Jovem”, voltado a disponibilizar financiamentos aos jovens que desejam ter sua própria produção e geração de renda, com o desenvolvimento de atividades como projetos agropecuários, artesanato, implantação de pomares e hortas, entre outras atividades.

Outro fator apresentado pela literatura e que possui importância para a decisão do jovem entre sair e permanecer no meio rural é a origem da agricultura, ou seja, o jovem rural pode fazer parte de dois tipos de agricultura. A agricultura patronal é aquela ligada a grande produtividade e exportação, com auxílio de mão de obra externa. E a agricultura familiar, é aquela cujo trabalho é desenvolvido pela própria família e em quantidades menores, para o autoconsumo e também para o abastecimento local e regional. Dessa forma, o Fator 20 apresenta que “a presença de empregados externos na agricultura auxilia no desenvolvimento da propriedade”. Tal colocação foi vista de maneira positiva pelos respondentes devido à média de 4,01 e o desvio padrão de 0,88, confirmando que a média não possui tanta variação. Ou seja, os jovens consideram mais desenvolvidas àquelas propriedades que possuem empregados externos na execução de atividades da agricultura e conseqüentemente consideram esse um fator de permanência no meio rural. Essa colocação é levantada por Cover e Cerioli (2015), onde expressam que os filhos dos

grandes proprietários rurais, os quais possuem muitos empregados, raramente executam trabalhos ligados à propriedade, pois ocupam o seu tempo estudando para posteriormente dirigirem o empreendimento. Já os filhos dos agricultores familiares auxiliam na execução das atividades rotineiras da propriedade quando possível. Os mesmos não possuem empregados externos para o andamento das práticas, isso pode tornar-se um fator de desmotivação para o jovem agricultor familiar, o qual também procura pelo estudo e pela profissionalização com a esperança de não precisar continuar trabalhando nas atividades rurais.

Entende-se através das respostas que os fatores positivos de permanência dos jovens no meio rural estão ligados a muitos aspectos, um deles é que o diálogo entre o aluno e a universidade proporciona ao mesmo o incentivo para a aplicação dos conhecimentos acadêmicos na propriedade, fazendo com que ele permaneça neste ambiente. Outro ponto positivo para a fixação do jovem está no acesso à informação, principalmente a *internet*, assim como, aos recursos tecnológicos que facilitam o desenvolvimento das atividades. Os incentivos provindos das políticas públicas sejam eles programas de capacitação, financiamentos, entre outros, também são considerados fatores que auxiliam na permanência dos jovens no meio rural. Por fim, os jovens consideram positivamente o auxílio de empregados externos na propriedade, o que geralmente é encontrado nas grandes propriedades, e facilita a vida dos jovens em relação aos estudos e posteriormente à sucessão gerencial da propriedade. Tal colocação pode não ser tão benéfica para os jovens de propriedades familiares, os quais geralmente precisam estar engajados nas atividades da propriedade juntamente com a família, encontrando uma válvula de escape no meio urbano, sem a ideia de retorno para o ambiente de origem.

Encontram-se também os fatores que são negativos para que os jovens possam permanecer no ambiente rural. Um deles está ligado ao fato de que a qualificação profissional abre portas para novas oportunidades fora do ambiente rural, pois além de tudo, esse ambiente é visto, muitas vezes, de forma desvalorizada e sem outras opções de emprego. Outro ponto considerado negativo está ligado ao lazer, já que os mesmos consideram o meio urbano como um lugar de maior lazer e diversão. A falta de autonomia para tomar as decisões de sua própria maneira, utilizando todos os recursos disponíveis como desejar também contribui para que eles optem pelo ambiente urbano. Assim como, a ausência de expectativa de geração de renda regular, satisfatória e principalmente fixa, contribui para a

busca de novas oportunidades. O Quadro 2 representa de forma sistematizada os fatores de permanência e evasão dos jovens do meio rural.

Quadro 2 – Fatores de permanência e evasão dos jovens estudantes de graduação do meio rural

Fatores de permanência no meio rural	Fatores de evasão do meio rural
Diálogo entre o aluno e a universidade como fomento a permanência no meio rural.	Qualificação profissional com maiores oportunidades no meio urbano.
Acesso à informação e aos recursos tecnológicos.	Meio urbano com maiores oportunidades de lazer e diversão.
Incentivos provindos de políticas públicas.	Falta de autonomia dos jovens para tomar as próprias decisões.
Auxílio de empregados externos na execução das atividades.	Ausência de expectativa de geração de renda regular e satisfatória.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Mediante aos pontos apresentados, é perceptível que existem fatores positivos e negativos para que os jovens estudantes de graduação permaneçam ou não no meio rural. Entretanto, cada jovem adapta os fatores conforme a sua realidade, elencando quais são relevantes para a sua tomada de decisão entre continuar neste ambiente enfrentando os desafios, ou encarar os desafios e oportunidades ofertados no meio urbano. Oliveira et al. (2016) demonstram que cabe apenas ao jovem essa deliberação, visto que, ele é capaz de definir qual é o melhor caminho para o desenvolvimento de seu futuro. Destaca-se ainda que alguns elementos podem auxiliar o mesmo nesta tomada de decisão, levando em consideração que o jovem deve estar atento aos fatores que mais satisfaçam suas expectativas, para que assim ele possa tomar uma decisão coerente.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS FATORES DE PERMANÊNCIA E EVASÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E SUAS CARACTERÍSTICAS

Esta seção é responsável por comparar os principais fatores de permanência e evasão analisados no estudo, com as características dos jovens estudantes respondentes da pesquisa, ou seja, a mesma realiza uma análise cruzada das

informações. Tal análise é fundamental para obter uma visão mais detalhada dos dados obtidos. Considera-se nessa seção o estudo dos fatores, 1, 5, 7, 8, 11 e 17 analisados na seção anterior, assim como, as características ligadas à residência, sexo, número de hectares e incentivo dos pais ao estudo. A Tabela 6 relaciona Fator 1, ou seja, analisa se a propriedade abriga todos os filhos nas atividades rurais conforme o número de hectares das propriedades dos respondentes.

Tabela 6 - Análise cruzada dos hectares das propriedades com a afirmação “a propriedade comporta todos os filhos na atividade rural”

A propriedade comporta todos os filhos na atividade rural						
Hectares ⁶	DM	DP	IND	CP	CM	Total
0 a 10	10	4	3	6	4	27
10,1 a 20	9	7	5	5	5	31
20,1 a 30	1	4	1	2	1	9
30,1 a 40	5	1	1	1	1	9
40,1 ou mais	1	1	1	5	6	14
Total	26	17	11	19	17	90

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

* Grau de concordância: DM: Discordo Muito; DP: Discordo um Pouco; IND: Indeciso; CP: Concordo um Pouco; CM: Concordo Muito.

Percebe-se que 51,85% (14) dos respondentes que possuem entre 0 e 10 hectares, discordam muito do fato da propriedade comportar todos os filhos na atividade rural. Se for comparado com os respondentes que possuem propriedades maiores o resultado é extremamente oposto. Expõe-se que 78,57% (11) dos respondentes que possuem 40,1 hectares ou mais, concordam muito que a propriedade comporta todos os filhos em suas atividades. É perceptível que existe uma relação entre o fato de a propriedade ser capaz de manter todos os filhos em atividade, e a quantidade de hectares das propriedades. As propriedades de pequeno porte estão mais sujeitas a não abrigarem todos os filhos nas atividades, já nas propriedades de grande porte é muito mais fácil todos os filhos possuírem espaço para atuarem no andamento das práticas rurais. Os jovens estudantes das

⁶ Os extratos de hectares foram reduzidos, devido ao fato de haver poucos dados em relação à extratos superiores a 40 hectares.

pequenas propriedades possuem a tendência de serem menos favorecidos, e dessa forma acabam tendo que optar por outras atividades além da propriedade rural.

Além do tamanho da propriedade, outros fatores também influenciam na decisão dos jovens entre o dilema de permanecer ou sair do meio rural. Desse modo, a Tabela 7 procura relacionar o Fator 4, isto é, se a troca de experiências com jovens da cidade desestimula a permanência no meio rural, mediante a residência dos respondentes da amostra.

Tabela 7 - Análise cruzada entre a residência dos pesquisados com a afirmação “a troca de experiências com jovens da cidade desestimula a permanência no meio rural”

Residência	A troca de experiências com jovens da cidade desestimula a permanência no meio rural					Total
	DM	DP	IND	CP	CM	
Meio Rural	8	12	6	10	0	36
Zona urbana com base no meio rural	10	8	14	12	10	54
Total	18	20	20	22	10	90

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

* Grau de concordância: DM: Discordo Muito; DP: Discordo um Pouco; IND: Indeciso; CP: Concordo um Pouco; CM: Concordo Muito.

Existe uma visão diferente em relação à afirmação por parte dos respondentes. Contudo, os resultados encontrados foram opostos ao que era esperado pelo estudo, 55,56% dos pesquisados que residem no meio rural discordam da indicação de que a experiência trocada com os jovens da cidade desestimula a sua permanência no âmbito rural. Do mesmo modo, os jovens que residem no meio urbano, mas que possuem ainda como base principal o meio rural, também não concordam com essa alegação, observando que 33,33% (18) responderam que discordam do sentimento de inferioridade em relação à troca de experiências com jovens de origem urbana. Considera-se que não existe relação entre o fato de os jovens do meio rural sentirem-se inferiores aos jovens originários do meio urbano.

A Tabela 8 possui a finalidade de comparar se a escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano, com o incentivo que os alunos recebem dos pais para o estudo. Essa comparação facilita o entendimento de que os jovens que recebem maiores incentivos visualizam o meio urbano como o principal meio de oportunidades, ensino e profissionalização, ou não.

Tabela 8 - Análise cruzada entre a residência dos pesquisados com a afirmação “a escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano”

Incentivo dos pais ao estudo	A escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano					Total
	DM	DP	IND	CP	CM	
Nunca				2		2
Pouco				2	2	4
Razoável		1	1	1	6	9
Muito	1	3	5	8	13	30
Sempre	1	2	2	10	30	45
Total	2	6	8	23	51	90

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

* Grau de concordância: DM: Discordo Muito; DP: Discordo um Pouco; IND: Indeciso; CP: Concordo um Pouco; CM: Concordo Muito.

A Tabela 8 demonstra que em todos os casos houve concordância em relação à escolaridade apresentar maiores oportunidades nas cidades. Até mesmo os respondentes que nunca recebem incentivos dos pais concordam com o fato de que o meio urbano é portador de mais oportunidades. Destacam-se os pesquisados que sempre recebem o apoio dos pais para estudarem, sendo que, 88,89% (40) dos mesmos, concordam que a escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano. O estudo realizado por Zago e Bordignon (2012) demonstra que os jovens relatam em sua maioria, que recebem o apoio dos pais para prestarem o vestibular e também para o ingresso na universidade, já que os pais não tiveram essa oportunidade, e esperam que os filhos possam ter um futuro diferente, menos “trabalhoso e pesado” se comparado ao futuro vivenciado por eles.

A Tabela 9 possui como finalidade analisar a questão da desigualdade de gênero no meio rural, relacionando a visão do sexo feminino com a visão do sexo masculino. Esta informação é importante para o entendimento de como os jovens

enxergam essa questão dentro do ambiente rural e se tal assunto possui uma concepção diferenciada perante os dois gêneros.

Tabela 9 - Análise cruzada entre o sexo dos pesquisados com a afirmação “a desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação) contribui para a saída do meio rural”

Sexo	A desigualdade de gênero contribui para a saída do meio rural					Total
	DM	DP	IND	CP	CM	
Feminino	11	6	7	16	9	49
Masculino	4	3	15	9	10	41
Total	15	9	22	25	19	90

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

* Grau de concordância: DM: Discordo Muito; DP: Discordo um Pouco; IND: Indeciso; CP: Concordo um Pouco; CM: Concordo Muito.

A Tabela 9 apresenta visões diferentes em relação a essa afirmação, perante o entendimento dos dois gêneros. Percebe-se que uma parcela de 34,69% (17) do sexo feminino discorda da colocação de que a exclusão das filhas mulheres no processo de sucessão e ausência de espaço de participação contribui para a saída do meio rural. Essa informação decorre do fato das mulheres atuais se sentirem capacitadas de realizarem a gestão e o desenvolvimento das atividades rurais, sendo habilitadas de estudarem e alcançarem o processo de sucessão, do mesmo modo que os homens. Siqueira (2014) relata em seu estudo que as mulheres do meio rural, no âmbito atual, estão inseridas em atividades de gestão e de andamento das atividades rurais, na medida em que ousam exercer funções tidas como incomuns para mulheres. Elas protagonizam um processo de construção individual e coletiva de um possível empoderamento com repercussões sociais.

Em relação aos homens, uma parte se manteve indecisa perante essa colocação (36,59%), contudo, a grande parcela de 46,34% (19) concorda que o sexo feminino é menos valorizado no meio rural. Da mesma forma, 51,02% (25) do sexo feminino respondentes da pesquisa, também concordam com o caso de que existe uma desigualdade de gênero, e que isso contribui de fato para a saída das mesmas do meio rural. Brumer (2014) considera em suas pesquisas que embora existam direitos iguais para todos, prevalece o costume de favorecimento para os filhos homens na aptidão de continuarem no comando das atividades rurais. Já as moças,

valorizam mais a educação, e preparam-se para a conquista de uma profissionalização e, conseqüentemente, de um emprego no meio urbano, sendo essa uma forma de reconhecimento social e familiar.

A Tabela 10 encarrega-se de analisar o Fator 11, o qual expressa que a vida urbana com mais liberdade e lazer é mais favorável e colabora com a saída do jovem do campo, comparando-o com a residência dos respondentes.

Tabela 10 - Análise cruzada entre a residência dos pesquisados com a afirmação “a noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer é mais favorável”

Residência	A noção de vida urbana com mais liberdade e lazer é mais favorável					Total
	DM	DP	IND	CP	CM	
Meio Rural	3	6	5	14	8	36
Zona urbana com base no meio rural	1	13	9	13	18	54
Total	4	19	14	27	26	90

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

* Grau de concordância: DM: Discordo Muito; DP: Discordo um Pouco; IND: Indeciso; CP: Concordo um Pouco; CM: Concordo Muito.

Percebe-se, na Tabela 10, que a maioria (61,11%) dos jovens residentes do meio rural concorda com a afirmação de que existem melhores condições de lazer e liberdade no meio urbano. Os respondentes que moram no meio urbano também concordam com a afirmação (57,41%), porém, é perceptível que uma boa parcela afirma não concordar com essa alegação, sendo 25,93% (14) dos respondentes. Essa informação remete à ideia de que os jovens que moram no meio rural acreditam que na cidade existem maiores oportunidades de diversão e de lazer, o que os mesmos não conseguem encontrar facilmente no meio rural. Já os jovens que moram nas cidades, mas que vivenciam os dois lados da situação, em alguns casos, percebem que talvez não seja tão evidente essa colocação. Ressalta-se ainda, que os jovens presentes no estudo são a maioria residentes de Cerro Largo-RS (cidade onde ocorreu o estudo) ou cidades vizinhas, as quais são, em grande parte, de pequeno porte e até mesmo consideradas cidades rurais, o que dificulta a visão de que as cidades possuem mais incentivos de lazer do que o meio rural. Tal afirmação ressalta a ideia de Chouveau (2014) de que embora existam muitos

fatores favoráveis para o ambiente urbano, desde o acesso fácil a tecnologias de informação e à escolaridade, o espaço rural possui sim aspectos positivos em relação à cultura e lazer, pois existem lugares para se divertir e visitar, coisas para se ver e eventos para participar.

Por fim, a Tabela 11 encarrega-se de relacionar a quantidade de hectares na qual os respondentes possuem referência, com a afirmação de que a presença de recursos tecnológicos para facilitar a execução de atividades no meio rural proporcionam incentivos positivos. Através dessa comparação é possível visualizar como se comporta a opinião dos jovens em relação à utilização de tecnologia mediante o tamanho da propriedade, já que, este é considerado um fator positivo de permanência dos mesmos no meio rural.

Tabela 11 - Análise cruzada dos hectares das propriedades com a afirmação “ a presença de recursos tecnológicos para facilitar a execução de atividades no meio rural proporcionam incentivos positivos”

A presença de recursos tecnológicos para facilitar as atividades proporcionam incentivos positivos						
Hectares	DM	DP	IND	CP	CM	Total
0 a 10		3	2	9	13	27
10,1 a 20		3	1	6	21	31
20,1 a 30			2	4	3	9
30,1 a 40		1		3	5	9
40,1 ou mais		1	1	4	8	14
Total		8	6	26	50	90

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

* Grau de concordância: DM: Discordo Muito; DP: Discordo um Pouco; IND: Indeciso; CP: Concordo um Pouco; CM: Concordo Muito.

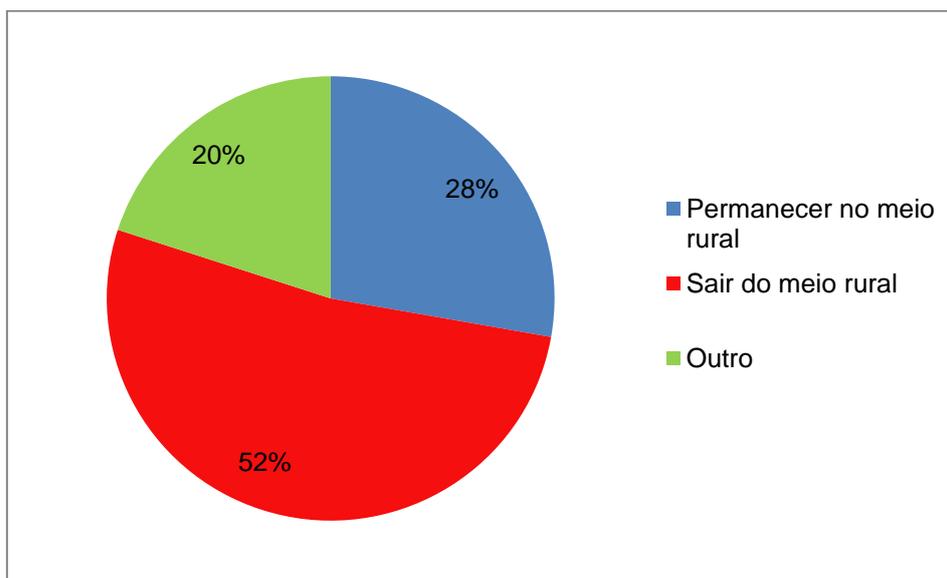
Expõe-se na Tabela 11 a ideia de que independentemente da quantidade de hectares das propriedades, os jovens concordam que a utilização de recursos tecnológicos na produção e na execução das demais atividades é importante e colabora para que os mesmos sintam-se incentivados a permanecerem no meio rural. Para fins explicativos, 81,48% (22) dos respondentes que possuem de 0 a 10 hectares, concordam que a tecnologia auxilia na permanência, da mesma forma,

85,71% (12) dos que possuem mais de 40,1 hectares também concordam com essa alegação. Compreende-se que quanto maior a quantidade de hectares, mais positivo se torna esse fator, pelo fato de que as grandes propriedades são as que mais possuem acesso às tecnologias, conseqüentemente são mais desenvolvidas, e dessa forma são as mais propícias a disponibilizarem aos jovens o incentivo necessário para a sua permanência na propriedade. Renk e Dorigon (2014) reforçam a ideia de que a partir dos anos de 1990, com a modernização das atividades rurais, foi excluída uma grande parte dos agricultores familiares, onde se mantiveram firmes os agricultores de grande porte. A forte concentração produtiva proporcionou a essa parcela de agricultores maior capacidade de investimento em tecnologia, apesar disso, ainda prevalecem no meio rural uma parcela de agricultores desenvolvendo atividades no regime da agricultura familiar.

Conforme a análise cruzada das informações é perceptível que existe uma relação entre o tamanho da propriedade e o fato de a mesma abrigar todos os filhos, pois propriedades maiores são mais propícias a manterem todos os filhos em atividade. Não existe relação entre o fato de os jovens sentirem-se inferiores por residirem no meio rural. Tratando-se dos incentivos dos pais ao estudo, compreende-se que tanto os jovens que sempre recebem incentivos quanto os jovens que nunca recebem, concordam que a escolaridade proporciona melhores oportunidades nas cidades. Em função do gênero, constata-se que a maioria do sexo feminino concorda com o fato de que as mulheres são menos valorizadas no meio rural e que isso é um fator que auxilia para a evasão deste ambiente. Destaca-se também que independentemente do tamanho da propriedade, os jovens concordam que a utilização de recursos tecnológicos colabora para o desenvolvimento da propriedade e a permanência dos mesmos no meio rural.

Mediante os pontos apresentados, segundo a exposição das informações relacionadas à permanência ou não dos jovens estudantes no meio rural, é possível fazer uma reflexão em relação ao futuro dos jovens. O Gráfico 4 possui como finalidade apresentar a expectativa de futuro dos jovens em relação ao meio rural, ou seja, como os mesmos visualizam o seu futuro em referência a este ambiente após a formação acadêmica.

Gráfico 4 - Expectativa de futuro dos jovens estudantes após a formação acadêmica



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

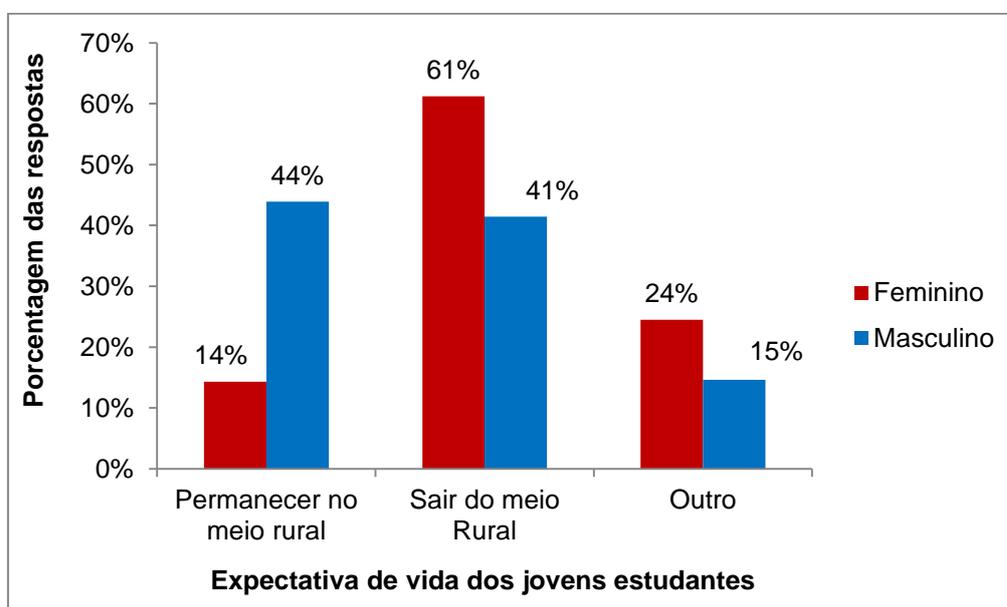
A maioria dos jovens estudantes entrevistados deseja sair do meio rural após a sua formação, contudo, uma parcela de 28% possui a expectativa de permanecer neste ambiente. Além disso, 20% apresentam outras opções de vida após as suas formações, entre elas está a alternativa de morar no campo e trabalhar na cidade. Entende-se que muitos se encontram indecisos em relação a essa questão importante, contudo, é inegável que uma parcela de 52% pretende se desvincular deste ambiente, um fato que pode ser considerado preocupante para o futuro do meio rural. Gonçalves (2000) explica que a sucessão familiar passa por um momento delicado, dado que os jovens sucessores não estão aceitando a passagem de poder e de patrimônio, sendo que, com isso, os mesmos assumiriam todas as responsabilidades derivadas da propriedade, desde a produção até mesmo as dívidas realizadas. Zotis (2011) explica que é importante que os jovens permaneçam no meio rural, pois sem eles não há como continuar as atividades futuramente. Outro ponto que o autor ressalta é que com a migração dos jovens para as cidades estão se extinguindo as relações sociais na própria comunidade rural.

Mesmo o estudo elencando alguns fatores positivos para a permanência dos jovens no campo, percebe-se que os fatores negativos possuem mais impacto em relação à decisão dos mesmos, os quais acabam considerando a zona urbana a opção mais viável para o futuro. Benincá et al. (2012), entendem que é necessário efetuar um resgate quanto ao papel da juventude no meio rural, os quais não se

sentem mais pertencentes ao seu território e não se envolvem ativamente nas atividades de suas propriedades, fato que provoca uma alta evasão e conseqüentemente um menor fortalecimento por parte dos que ainda se mantêm.

Para uma visão mais detalhada da situação, elenca-se a expectativa de futuro dos jovens mediante a visão dos sexos masculino e feminino. O Gráfico 5 procura exibir como os dois gêneros visualizam o seu futuro em relação ao meio rural e como essa percepção pode afetar este ambiente, tanto de forma positiva quanto negativamente.

Gráfico 5 - Expectativa de futuro conforme o gênero dos respondentes



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Conforme as informações do Gráfico 5, percebe-se que 44% dos jovens do sexo masculino pretendem continuar exercendo as atividades na propriedade após a sua formação, entretanto, as jovens do sexo feminino almejam se desvincular deste ambiente e procurar melhores oportunidades no meio urbano. Essas informações podem ser visualizadas de forma preocupante, na medida em que remetem a ideia de que a saída significativa do sexo feminino do meio rural e conseqüentemente a permanência apenas do sexo masculino, pode causar a masculinização deste ambiente, ou seja, apenas a presença de homens, o que por decorrência pode desencadear o envelhecimento do território rural.

Em concordância, o trabalho de Anjos e Caldas (2005), menciona que o processo de modernização conservadora da agricultura é apontado como um dos grandes responsáveis da masculinização da região sul, sendo essa apresentada como a população rural mais masculinizada do país. Um estudo desenvolvido por Camarano e Abramovay (1999) demonstra as características das grandes regiões brasileiras em relação à demografia rural. Os mesmos apresentam que é crescente a existência da masculinização da população rural brasileira, principalmente quando se relaciona aos jovens. Se por um lado, a masculinização e o envelhecimento da população rural e a sua natural migração para as cidades é uma das principais variáveis que mais interferem na diminuição desta população, por outro, uma parte considerável de moradores idosos continua residindo nas propriedades rurais. Tal realidade induz a alguns dilemas que ganharão destaque nas próximas décadas, pois quando a população rural atual composta principalmente por homens, morrer ou envelhecer ainda mais, o que e quem restará no meio rural? (MERA; MIELITZ NETTO, 2014).

De um modo geral, destaca-se positivamente que os fatores ligados ao diálogo entre a universidade e o aluno, o acesso fácil aos meios de comunicação e a tecnologia e os incentivos provindos de políticas públicas são importantes para que os jovens permaneçam no meio rural após a sua formação. Ainda que os fatores ligados à qualificação profissional, a indisponibilidade de lazer e diversão, a falta de autonomia e de renda, sejam negativos para que os mesmos continuem neste ambiente após concluírem seus estudos. É preocupante a forma de como os fatores negativos para a permanência no meio rural tendem a pesar mais quando é necessário tomar a decisão entre sair ou permanecer neste território. O destaque pela escolha entre sair do campo, principalmente por parte do sexo feminino deve ser visto com olhares atentos. No momento atual necessita-se de mais programas e políticas sociais voltadas a essa questão, para que os jovens, principalmente as moças sintam-se cada vez mais instigados a permanecerem no campo, executando as atividades necessárias e, além disso, contribuindo para o desenvolvimento rural e conseqüentemente para o desenvolvimento como um todo.

Conforme o predomínio do êxodo rural, os acessos aos serviços básicos de cidadania são altamente decisivos, em razão de que atualmente os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são ainda mais precários que os do meio urbano. Dessa forma, políticas voltadas a um maior acesso e melhor qualidade da

educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Em outras palavras, trata-se de incentivar o conhecimento das condições de futuro e do potencial de desenvolvimento existente, hoje, no meio rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens são caracterizados como seres que carregam desejos únicos e são movidos por muitas aspirações, além disso, vivem em relação com os demais seres humanos. Dentre a descrição de jovens, destacam-se duas classes sociais, sendo elas os jovens urbanos e rurais. Evidenciam-se neste estudo os jovens do âmbito rural, já que os mesmos são vistos conforme as suas condições sociais, que possuem muitas dificuldades. Esses motivos os levam a contribuir com as atividades de migração, a fim de que eles sejam visualizados socialmente e integrados ao mundo moderno, demonstrando que os mesmos carregam capacidades semelhantes presentes nos jovens da cidade.

Com o intuito de integrarem-se de maneira social perante o contexto atual, os jovens rurais buscam nas cidades, através da educação profissionalizante, a chave para serem vistos de maneira digna. É perceptível que existe uma boa parcela de jovens rurais presentes nas universidades atualmente, tal informação decorre do fato de que os mesmos se preocupam com o seu futuro. Um ponto relevante é a verificação de que esses jovens rurais, após o término de seu período de profissionalização retornariam ou não para o meio rural.

Essa questão é bastante discutível, levando em consideração que existem muitos fatores que podem influenciar os jovens a tomarem a decisão entre permanecer ou não no meio rural. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar os fatores que interferem na permanência ou evasão do meio rural, dos jovens estudantes de graduação das universidades com cursos presenciais de Cerro Largo – RS. Para tanto, foram estudadas duas universidades presentes em Cerro Largo que possuem cursos presenciais, a Universidade Federal da Fronteira Sul e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, totalizando uma amostra de 90 estudantes.

Percebe-se que a maioria dos jovens são do sexo feminino e residentes do meio urbano, mas que possuem como base principal o meio rural. O curso de maior destaque no estudo é o de Administração, o que pode estar relacionado ao fato do mesmo estar disponível nas duas universidades estudadas. A idade média presente na amostra é de 21,58 anos. E a ocupação familiar se dá em uma propriedade entre 10,1 a 20 hectares, tendo como principal atividade desenvolvida a plantação de milho, entre outras.

Quanto aos fatores de permanência e evasão dos jovens, os fatores favoráveis à permanência estão ligados ao fato de como o diálogo entre a universidade e o aluno desenvolve um incentivo para que o mesmo permaneça no campo. Outro ponto está ligado ao acesso à informação, principalmente ao uso da *internet*, assim como, o auxílio de recursos tecnológicos para a execução das atividades. Os incentivos provindos através de políticas públicas também são considerados positivos para que os jovens permaneçam no meio rural, assim como a presença de empregados externos para auxiliar nas atividades também é visto positivamente pelos respondentes.

Já em relação fatores negativos, compreende-se que os mesmos estão relacionados ao fato de que a qualificação profissional abre muitas oportunidades para os jovens rurais nas cidades, fazendo com que os mesmos optem pela vida no meio urbano. O meio rural é visto de forma desvalorizada e como um espaço sem opções de emprego; questões ligadas ao lazer também são apresentadas de forma negativa pelos respondentes, pois os mesmos consideram a cidade como um lugar mais atrativo e com melhores opções de lazer e diversão. A falta de autonomia para tomar as decisões de sua própria maneira, utilizando todos os recursos disponíveis como desejar também contribui para que os jovens optem pelo ambiente urbano. A ausência de expectativa de geração de renda regular, satisfatória e principalmente fixa, coopera para a busca de novas oportunidades.

Quanto à relação entre os fatores de permanência e evasão com a identidade dos jovens estudantes de graduação, é perceptível que existe uma relação entre o fato de a propriedade ser capaz de manter todos os filhos em atividade e a quantidade de hectares das propriedades em que respondentes possuem referência, pois quanto maior o tamanho da propriedade, mais capacidade a mesma possui para que todos os filhos continuem em atuação. Em sequência, 51,02% do sexo feminino da pesquisa, concordam que existe uma desigualdade de gênero, e que isso contribui de fato para a saída das mesmas do meio rural. Por fim, 85,71% dos respondentes que possuem mais de 40,1 hectares também concordam com fato de que a presença da tecnologia na execução das atividades contribui para que os jovens permaneçam no campo. Compreende-se que quanto maior a quantidade de hectares, mais positivo se torna esse fator, uma vez que as grandes propriedades são as que mais possuem acesso às tecnologias, e dessa forma são as mais

propícias a disponibilizarem aos jovens o incentivo necessário para a sua permanência na propriedade.

Assim, de modo geral, pode-se dizer que o estudo identificou fatores tanto positivos para que os jovens continuem suas atividades rurais após a formação, quanto fatores negativos, os quais influenciam os mesmos a buscarem um vínculo no meio urbano. Entretanto, é preocupante a forma como os fatores negativos se sobressaem no estudo, o que pode ser visualizado quando o jovem é levado à decisão entre sair e permanecer no meio rural, uma vez que, 52% do total da amostra pretendem se desvincular do meio rural, sendo que este dado ainda é maior visto pelo olhar dos sexos, pois 61,22% do sexo feminino pretende sair do meio rural. Tais resultados devem ser visualizados e analisados com olhares atentos a esses aspectos, por parte dos pesquisadores e governantes. É relevante que se tenha um número maior de programas e políticas sociais sujeitas a auxiliar os jovens na sua decisão de futuro, demonstrando e fomentando as grandes capacidades no meio rural. Precisa-se que os jovens, principalmente as moças, sintam-se cada vez mais motivadas a permanecerem no meio rural, contribuindo nas atividades por meio de suas qualificações, e principalmente, promovendo o desenvolvimento rural.

É perceptível que, no contexto atual existe, uma clara dicotomia entre as políticas de caráter produtivo e aquelas destinadas para a assistência social. Cazella et al. (2016) explicam que as políticas de produção têm beneficiado de forma prioritária as unidades familiares que utilizam tecnologias e práticas agronômicas convencionais, focadas em maximizar a produtividade sem estabelecer contrapartidas aos impactos socioambientais. As políticas que focam na assistência social dos estabelecimentos mais fragilizados não possuem interfaces com as iniciativas ligadas à produção. Consequentemente, embora seja inegável que tais políticas auxiliaram na diminuição da pobreza, mantêm-se no meio rural um grande número de famílias pobres, muitas vezes constituídas por pessoas idosas e sem perspectiva de melhorar a sua situação econômica. Essa circunstância acaba sendo um dos principais fatores para que os mais jovens se desvinculem do meio rural, assim como, um dos pensamentos lógicos para que seja possível refletir na criação de novas políticas públicas e sociais capazes de combater este acontecimento.

Foram encontradas algumas limitações para a realização do estudo, sendo que, a principal delas está ligada ao fato de a coleta de dados ter sido efetuada durante o período de aula, o que dificultou o acesso aos alunos dentro das salas,

pois a intenção era de não atrapalhar o andamento das aulas. Encontrou-se como outra dificuldade, o fato de não poder abranger todos os cursos das universidades, pois alguns destes não estavam em exercício de aula no momento da coleta de dados ou não fizeram parte das salas escolhidas aleatoriamente pelo pesquisador.

Para aprimorar o estudo e ampliar a discussão do tema, sugere-se para a realização de pesquisas futuras, a elaboração de um estudo voltado aos jovens concluintes do ensino médio, tal estudo possibilitaria compreender a visão dos mesmos em relação ao ensino superior e como eles esperam lidar com a decisão entre permanecer ou ficar no meio rural após a conclusão do ensino médio. Da mesma forma, propõe-se um estudo direcionado aos pais dos jovens rurais, tal pesquisa teria o intuito de compreender como os mesmos visualizam a situação do meio rural em relação às decisões dos filhos, e como esperam lidar com a ausência dos filhos neste ambiente. Recomenda-se também, estudos futuros em relação aos jovens rurais e a sua ligação com o desenvolvimento regional, assim como a sua integração com as políticas públicas e sociais existentes, fomentando mais a criação de novas políticas de apoio às pessoas residentes nas áreas rurais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.6, n.5, p. 25-36, maio/ago. 1997.
- ABRAMOWAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife, **Anais...** Recife: UFPE, 2001.
- ALVES, C. H. S. et al. A relação entre o rural e o urbano nas pequenas cidades do norte de Minas Gerais/Brasil. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 8., 2011. Costa Rica. **Anais Eletrônicos...** Costa Rica: Universidad de Costa Rica, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/2383Texto%20del%20art%C3%ADculo-5480-1-10-20111211.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P. Desempenho educacional dos estudantes cearenses: uma análise comparativa entre o meio rural e urbano. In: NOVAS FRONTEIRAS DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA: DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE, 51., 2013. Belém. **Anais eletrônicos...** Belém: UFPA, 2013. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.3>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- BENINCÁ, M. C. et al. A relação campo/cidade associada à evasão de jovens rurais de assentamentos do sudoeste de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia, UFU, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1366_1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BERNARDES, J. C. **Da cidade ao campo**: análise das características do jovem urbano ruralizado. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado de Agronegócio e Desenvolvimento) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153575/bernardes_jc_me_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- BIANCHINI, V. Políticas Diferenciadas para a Agricultura Familiar: em busca do desenvolvimento rural sustentável. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (Org.). **Agricultura Familiar e desenvolvimento territorial**: contribuições ao debate.

Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, V.5, n.17, 2005, p. 82-98.

BISQUERA, R. et al. **Introdução a Estatística**: enfoque informático com pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artimed, 2004.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Governo Brasileiro. **Governo define políticas para jovens rurais**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/05/governo-define-politicas-para-jovens-rurais>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BREMM, C. et al. Ser jovem rural no século XXI: desafios e perspectivas na região central do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: INOVAÇÃO, EXTENSÃO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 55., 2017, Santa Maria. **Anais Eletrônicos...** Santa Maria: UFSM, 2017. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7608.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 115-138.

_____, A. et al. O futuro da juventude rural. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. **Desafios do Desenvolvimento**, IPEA, Rio de Janeiro, v.1, n. 621, 1999. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0621.pdf> Acesso em: 22 abr. 2019.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio**: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio do Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

CARNEIRO, M. J. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: _____; CASTRO, E. G (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____, M. J.; CASTRO, E. G. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____, M. J. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. 380 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade

Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1624/1/tese.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CAZELLA, A. A. et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n.1, v.15 p. 49-79, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/49347-165377-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/49347-165377-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 28 out. 2019.

CERQUEIRA, S. A. R. et al. Qualidade de vida no meio rural: um diagnóstico com vistas ao desenvolvimento de extensão rural no assentamento Upacaraí na cidade de Don Pedrito – RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: NOVAS FRONTEIRAS DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA, 51, 2013, Belém. **Anais Eletrônicos...** Belém: UFPA, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/1847.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CHARLOT, B. **Da relação com o sabor**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHAUVEAU, H. O lugar do acesso (ou não-acesso) ao lazer e à cultura na relação que os jovens rurais tem com os territórios do interior catarinense. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 99-106.

COMENTTO, Pesquisa de Mercado. **Calculadora amostral**. Disponível em: <<https://comentto.com/calculadora-amostral/>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

COVER, M.; CERIOLI, P. R. Juventude rural e modelos de desenvolvimento agrário. In: LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. (Org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, cap. 2, p. 53-68.

DOTTO, F. **Fatores que influenciam a permanência dos jovens na agricultura familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Católica Dom Bosco, Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande, 2011. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8201-fatores-que-influenciam-a-permanencia-dos-jovens-na-agricultura-familiar-no-estado-de-mato-grosso-do-sul.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

DURAND, O. C. S.; ALVES, S. C. Juventude do campo na busca de escolarização/qualificação: uma experiência em Santa Catarina. In: LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. (Org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, cap. 3, p. 69-86.

EMATER. **Juventude e sucessão**: programas em destaque. 2018. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/social/publicos-assessorados/juventude-e-sucessao.php>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: BUTTO, A. (Org.). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista. Um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.

FARINACIO, C. L. B.; MOURA, J. D. P. Do rural ao urbano: a mobilidade da juventude de Grandes Rios/PR. **Cadernos PDE: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**, Paraná, v.1, n.1, p. 1-16, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_geo_artigo_cleonice_ieda_brust_farinacio.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2014.

GALINDO, E. Sou jovem do campo: caminhos de construção da identidade juvenil no sindicalismo rural. In: LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. (Org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, cap. 5, p. 107-124.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Aspectos teóricos e conceituais. In: _____. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009, p. 11-30. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v31n82/0103-4979-ccrh-31-82-0117.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

GONÇALVES, A.; CARVALHO, G. S. **Diferenças de estilos de vida entre populações jovens do meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga)**. 2007, p. 1-15. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54584/000855151.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 set. 2019.

GONÇALVES, S. C. **Patrimônio, família e empresa: um estudo sobre as transformações no mundo da economia empresarial**. São Paulo: Negócio, 2000.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GRAZIANO, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?. In: _____. MARC, J; BIANCHINI V. (Org.). **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001. Disponível em: <https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_2.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

GRIGOU, J. Problemas de uma Sociologia da Juventude Rural. In: BRITTO, S. (Org.). **Sociologia da Juventude**. v. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HAX, R. **Fatores relevantes para a permanência dos jovens no campo no Município de São Lourenço do Sul**. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – PLAGEDER, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, São Lourenço do Sul, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades – Cerro Largo**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cerro-largo/panorama>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. Juventudes no/do campo: questões para um debate. In: _____, **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 17-27.

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, G. S. Políticas públicas e desenvolvimento rural: estudo de caso sobre as políticas públicas implementadas por meio das suas representações sindicais em municípios do baixo Paraguaçu. **Revista Olhares Sociais**, Cachoeira: UFRB, v. 3, n. 2, p. 87-104, 2014. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/olharessociais/wp-content/uploads/7-Especial-POLITICAS-PUBLICAS-E-DESENVOLVIMENTO-RURAL.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

LIRA, S. A. **Efeitos do erro amostral nas estimativas dos parâmetros do modelo fatorial ortogonal**. 2008. 196 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Métodos Numéricos em Engenharia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/tese_sachiko_lira.pdf>. Acesso em: 26 maio 2019.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MAGRI, C. A. Realidade da juventude na agricultura familiar. In: _____; CONTI, I. L. (Org.). **Agricultura familiar**: alternativas em construção. Passo Fundo: IFIBE, 2008, p. 65-80.

MANTELLI, J. O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 41, p. 87-105, jan./jun. 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/13169-40627-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, v.18, n.37, p. 130-151, 2016. Disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/issue/view/336>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac & Nayf, 2003.

MERA, C. M. P.; MIELITZ NETTO, C. G. A. Envelhecimento dos produtores do meio rural na região do Alto Jacuí/RS e consequente migração para a cidade. **Estud. interdiscipl. envelhec.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 759-774, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/42871-222334-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2019.

MIECOANSKI, F. R.; MORAES, M. L. A permanência do jovem no campo: uma análise para o sudoeste do Paraná. In: TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: DESAFIOS EM GESTÃO, INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL, 56., 2018, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.8/1/9217.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 11 set. 2019.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do pass/ado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NOVAES, R. **Juventude: conflito e solidariedade**. Rio de Janeiro: Iser, 1998.

OLIVEIRA, B. É. et al. Fatores que influenciam na permanência do jovem no campo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E BIODIVERSIDADE, 54., 2016, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: UFAL, 2016. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6969.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

PAULO, M. A. L. **Juventude rural: suas construções identitárias**. Recife: UFPE, 2012.

PREDIGER, S. Estado da arte da situação do jovem rural: a construção de identidades. **Revista Anagrama**, São Paulo, v.3, n.1, p. 1-12, set./nov. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/35475-Texto%20do%20artigo-41769-1-10-20120731.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2019.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. Á. N.; RAMOS, M. P.. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília – DF. **Anais eletrônicos...** Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, v.1, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n63/1984-0411-er-63-00237.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____, E. Jovem rural em questão. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria. v. 25, n.1, p. 123-139, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2894/3786>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

_____, Ezequiel; SILVEIRA, Paulo Roberto Carlos. Juventude rural: experiências e perspectivas. In: SANTOS, Vladimir Faria; VELA, Hugo; SILVEIRA, Paulo Roberto Carlos (Org). **Educação rural no mundo contemporâneo**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, 2012. p. 175-208.

RENK, A.; DORIGON, C. **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

_____, A.; CABRAL JÚNIOR, V. Campesinidade e imigração internacional: novas estratégias dos jovens rurais no Oeste Catarinense. **Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v.10, n.10, p. 9-28, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/385/9849>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

RODRIGUES FILHO, E.; PRADO, M. M.; PRUDENTE, C. O. M. Compreensão e legibilidade do termo de consentimento livre e esclarecido em pesquisas clínicas. **Revista Bioética**. [s.l.], v. 20, n. 2, p. 325-336, 2014. Disponível em: <<://www.scielo.br/pdf/bioet/v22n2/15.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, J. A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e para a nova institucionalidade?. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ, 2015, p. 100-112

SILVA, J. N. Juventudes rurais e agroecologia: um diálogo imprescindível. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p. 208-226, maio/ago. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/9348-50914-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/9348-50914-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 04 maio 2019.

SILVA JÚNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de *Likert* e *Phrase Completion*. **Revista Brasileira de pesquisa em Marketing, Opinião e Mídia**, v.15, n.1, p 1-16, out. 2014.

Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/15_01_edicao.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, maio, 1997. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

SIQUEIRA, A. E. S. S. **Empoderamento de mulheres agricultoras**: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no Semiário Baiano. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SPANÉVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 263 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2008.

SPOSITO, M. P. **Os jovens no Brasil**: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

STROPASOLAS, V. L. Os dilemas da juventude no processo decisório da agricultura familiar. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 139-162.

_____, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, Santa Catarina: UFSC, 2006.

TAFFAREL, C. N. Z. et al. Círculos de estudos, esporte, lazer e artes com a juventude em áreas de reforma agrária: a experiência com os jovens do Recôncavo da Bahia e a elevação do pensamento teórico. In: LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. (Org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, cap. 10, p. 207-226.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **História**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/historia>. Acesso em: 28 abr. 2019.

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Cerro Largo. **Cursos de graduação**. Disponível em: <<http://www.uricl.com.br/?pg=cursos&nivel=graduacao>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

VALENTE, A. L. **Algumas reflexões sobre a polêmica entre agronegócio versus agricultura familiar**. Texto para discussão, n.29, Brasília: Embrapa, 2008.

VIEIRA, A. M. T. S. **Intervenção Universitária**: formação de uma juventude rural atuante nos processos de desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Bananeiras: UFPB, 2010.

VIEIRA, V. C., SOUZA, R. S. Comunicação rural on-line: promessa de um mundo sem fronteiras. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos...** Rio Branco – ACRE, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/672.pdf>> Acesso em: 10 out. 2019.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, SC, Chapecó, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0061.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

_____, N.; BORDIGNON, C. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul – UCS, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>>. Acesso em: 03 maio 2019.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZÓTIS, T. S. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, Município de Camargo/RS**. 2011. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) – PLAGEDER, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Camargo, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54666/000855387.pdf?sequence>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **Juventude rural: vida no campo e projeto para o futuro**. Recife: Editora da UFPE, 2013.

_____, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Org.). **Juventude rural: em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

WEISHEIMER, N. Sobre a situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, G.; ROCHA, M. I. A. (Org.). **Juventudes do campo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, cap. 1, p. 31-52.

_____, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 331 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 2009.

_____, N. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, p. 237-252, 2007.

APÊNDICE A – Questionário

Prezado respondente: você está contribuindo para a pesquisa que tem como objetivo, analisar os fatores que interferem na permanência ou evasão, do meio rural, dos jovens estudantes de graduação das universidades com aulas presenciais de Cerro Largo – RS. Sua contribuição é de grande importância.

Apenas responda este questionário se você é residente, ou tem como base o meio rural.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 Sobre sua residência?

- (1) Você reside no meio rural;
 (2) Você reside na zona urbana mas tem como principal base o meio rural;

1.2 Jovem:

Idade	Sexo	Estado Civil	Cidade de origem	Curso e instituição	Turno	Fase
	() M () F	() Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado Outro: _____			() Matutino () Vespertino () Noturno () Integral	

1.3 Quantos hectares possui a propriedade da família: _____

1.4 Atividades desenvolvidas pela família (marque mais de uma alternativa):

- (1) Plantação de soja; (5) Plantação de hortaliças; (8) Suinocultura;
 (2) Plantação de milho; (6) Bovinocultura de corte; (9) Avicultura;
 (3) Plantação de trigo; (7) Bovinocultura de leite; (10) Ovinocultura.
 (4) Plantação de cana-de-açúcar;

Outros: _____

1.5 Condições de vida:

- (1) Trabalha junto com os pais, estuda e mora na mesma casa;
 (2) Trabalha junto com os pais, estuda e mora na área urbana;
 (3) Estuda na cidade e mora com os pais na propriedade;
 (4) Mora, estuda e trabalha na cidade;
 (5) Estuda e mora na cidade;
 (6) Família cedeu parte da propriedade para construir casa e trabalhar independentemente;

Outro: _____

1.6 O quanto seus pais incentivam você a estudar atualmente?

() Nunca () Pouco () Razoável () Muito () Sempre

2 FATORES DE PERMANÊNCIA OU EVASÃO DOS JOVENS DO CAMPO

2.1 Responda as perguntas abaixo considerando sua percepção quanto às afirmativas, considerando que são fatores relevantes para a sua permanência ou evasão no meio rural. Circule o número que corresponda ao seu grau de concordância.

1 – Discordo muito 2 – Discordo um pouco 3 – Indeciso 4 – Concordo um pouco 5 – Concordo muito					
A propriedade comporta todos os filhos na atividade rural.	1	2	3	4	5
A valorização do estudo contribui como meio de ascensão (avanço para outros mercados de trabalho).	1	2	3	4	5
O diálogo com a universidade incentiva a aplicação dos conhecimentos acadêmicos na propriedade.	1	2	3	4	5
A desvalorização do meio rural com a oferta de emprego urbano facilita a mudança para o ambiente urbano.	1	2	3	4	5
A troca de experiências com jovens da cidade desestimulam a permanência no meio rural.	1	2	3	4	5
A imagem inferior de jovens do meio rural em comparação jovens da cidade é um fator importante de evasão.	1	2	3	4	5
A escolaridade apresenta maiores oportunidades no meio urbano.	1	2	3	4	5
A desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação) contribui para a saída do meio rural.	1	2	3	4	5
A família exerce influências positivas para a permanência no meio rural.	1	2	3	4	5
A falta de diálogo entre membros da família, principalmente pais e filhos para o planejamento da sucessão auxiliam na exclusão do meio rural.	1	2	3	4	5
A noção de “vida urbana” com mais liberdade e lazer é mais favorável.	1	2	3	4	5
A falta de autonomia para tomar as próprias decisões utilizando os recursos livremente, nas atividades desejadas exerce influência para sair do meio rural.	1	2	3	4	5
A dificuldade com a falta de horário no trabalho agrícola contribui pela busca de novas oportunidades.	1	2	3	4	5
A ausência de expectativa de geração de renda regular e satisfatória contribui para a busca de novas oportunidades na cidade.	1	2	3	4	5

A ausência de remuneração fixa pelo trabalho na agricultura impulsiona o deslocamento em busca de renda na cidade.	1	2	3	4	5
A facilidade de acesso aos meios de comunicação, como a internet no meio rural facilita a permanência neste ambiente.	1	2	3	4	5
A presença de recursos tecnológicos para facilitar a execução de atividades no meio rural proporcionam incentivos positivos.	1	2	3	4	5
A disponibilidade de incentivos provindos de políticas públicas para o desenvolvimento das atividades da propriedade é importante para continuar neste ambiente.	1	2	3	4	5
A disponibilidade de financiamentos de forma fácil e em abundantes quantidades afeta positivamente a permanência no meio rural.	1	2	3	4	5
A presença de empregados externos na agricultura auxilia no desenvolvimento da propriedade.	1	2	3	4	5

2.2 Depois de formado, qual a sua perspectiva?

(1) Permanecer no meio rural (2) Sair do meio rural

(3) Outro: _____

2.3 Gostaria de fazer mais algum comentário sobre sua permanência ou não no meio rural:

Obrigado pela colaboração!

APÊNCIDE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

JOVENS ESTUDANTES: FATORES QUE INFLUENCIAM SUA PERMANÊNCIA OU EVASÃO DO MEIO RURAL

Prezado participante, você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada como “**Jovens estudantes de graduação**: fatores que influenciam sua permanência ou evasão do meio rural”, desenvolvida por Ricardo Marian Tiharro, discente do curso de Graduação em Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Cerro Largo, sob orientação da Professora Dra. Dionéia Dalcin. O objetivo central desse estudo é Analisar os fatores que interferem na permanência ou evasão, do meio rural, dos jovens estudantes de graduação das universidades com aulas presenciais de Cerro Largo – RS. O tema relacionado aos jovens estudantes do meio rural foi escolhido para demonstrar que existem muitos fatores que contribuem para os acontecimentos relacionados ao seu futuro, tanto favoráveis para a sua permanência no meio rural, quanto convenientes para a evasão dos mesmos desse espaço.

O convite a sua participação se deve à sua atuação como jovem estudante que possui características presentes neste estudo. Sua colaboração é importante para que a partir das informações obtidas seja possível realizar a verificação dos fatores que influenciam para a fixação dos jovens estudantes do meio rural, e aqueles que ajudam na exclusão dos mesmos.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

Os procedimentos adotados com o participante consistirão em responder a um questionário, o mesmo será respondido pelos estudantes sem intervenções do pesquisador. Caso tiver alguma dúvida ao responder, poderá pedir mais informações para o pesquisador. O tempo estipulado para responder o questionário é de, aproximadamente, meia hora, após a aplicação, as respostas serão transcritas para a análise. O estudo terá como benefícios a compreensão do comportamento dos jovens estudantes, entendendo quais fatores são importantes para que eles possam continuar no meio rural, e quais fatores contribuem para a sua saída. Assim, a

pesquisa poderá mostrar aos jovens estudantes do meio rural um panorama de sua realidade local.

Quanto aos riscos que possam ocorrer durante a aplicação desse questionário, os quais estão relacionados ao seu constrangimento e desconforto, são designadas algumas instruções. Por se tratar de perguntas de cunho pessoal, você pode sentir-se incomodado em responder certas questões, diante disso, você possui total liberdade de não responder tais questionamentos, ou ainda deixar de responder o questionário como um todo. Além disso, caso sinta alguma dificuldade, você pode pedir auxílio ao pesquisador no preenchimento do questionário. As conclusões obtidas serão divulgadas em eventos sem a disponibilização do nome do respondente. Os conhecimentos obtidos através das informações poderão auxiliar no desenvolvimento de novas pesquisas, bem como assessorar os jovens em sua tomada de decisão entre permanecer e ficar no meio rural. Desse modo, após a conclusão da pesquisa os estudantes poderão ter acesso aos resultados, onde os mesmos podem compreender de maneira mais ampla quais fatores possuem mais impacto na hora de tomar a decisão entre permanecer no meio rural ou ir em busca de novas oportunidades.

Caso concorde em participar, uma via desse termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia desse termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

_____ de _____ de 2019.

Prof^a. Dra. Dionéia Dalcin

Tel: (55 3359-3950)

E-mail: dioneia.dalcin@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS – Campus Cerro Largo, Rua Jacob Reinaldo Haupenthal, 1580, São Pedro, Cerro Largo – RS – CEP: 97900-000.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS.

Tel e Fax - (0XX) 49- 2049-3745.

E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

Endereço para correspondência: Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, Bloco da Biblioteca, Sala 310, 3º andar, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó, Santa Catarina, Brasil.

APÊNDICE C – Declaração de Ciência e Concordância**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS**

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, IVANN CARLOS LAGO, o representante legal da instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul, envolvida no projeto de pesquisa intitulado como: "Jovens estudantes: fatores que influenciam sua permanência ou evasão do meio rural" declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. (Obs.: para os casos de instituições que atendam criança/adolescentes – citar o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA).

Ricardo M. Tcheves
Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

IVANN CARLOS LAGO
Siape 1808064
Diretor do Campus Cerro Largo
Universidade Federal da Fronteira Sul

Cerro Largo, 20/05/18

Local, data

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos. LUIS VALENTIM ZORZO,
o representante legal da instituição: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, envolvida no projeto de pesquisa intitulado como: "Jovens estudantes: fatores que influenciam sua permanência ou evasão do meio rural" declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes. (Obs.: para os casos de instituições que atendam criança/adolescentes – citar o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA).

Ricardo M. T. Soares
Assinatura do Pesquisador Responsável

[Assinatura]
Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

Carro Largo, 30/05/18
Local, data